

isciweb.com.br/revista ISSN: 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas

Revista Científica

61ª Edição | Volume 12
Número 6 | junho/2025

ISCI

- **Ciências Agrárias**

- **Educação**

- **Empresarial**

- **Engenharia**

- **Jurídica**

- **MBA Executivo**

- **Saúde**

- **Social**

- **Tecnologia**

MULTIDISCIPLINAR



ISCI Revista Científica

Multidisciplinar

ISSN 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica

61ª Edição | Volume 12 | Número 6 | junho/2025



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica. n.6, v.12, Sinop, MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, junho, 2025.

Publicação Científica do Instituto Saber de Ciências Integradas - ISCI

Mensal

ISSN 2446-8436

1.Educação, 2.Problemas sociais e serviços sociais, 3.Administração e relações públicas, 4.Medicina e saúde, 5.Direito, 6.Engenharia, 7.Tecnologia.

370
360
650
610
340
620
000

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais: isciweb.com.br/livros



Direitos Reservados

As responsabilidades pelo conteúdo de cada um dos trabalhos aqui publicados, bem como seus direitos autorais, são dos autores que os assinam.

Proibida a reprodução dos Artigos aqui publicados sem a autorização de seus respectivos autores.

(art. 184 do Código Penal e Lei n 1º 9.610, de fevereiro de 1998)

Sumário

EDITORIAL	9
EDUCAÇÃO	11
- A importância da biópsia muscular e a predominância de fibras brancas na performance esportiva: implicações diagnósticas e genéticas (Jenifer Halana de Melo Euzébio)	13
- A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular: alguns apontamentos (Ana Carolina Silvério Moreira; Bianca Fadel; Eduarda de Cássia Camargo Corrêa; Eduarda Graciele Passos Jacinto; Eleni Nascimento Ruozo; Germana Gonçalves de Lima Alves; Juliana Maciente Monteiro; Maria Heloisa Rüegger Lucredi; Mirella Vanessa do Sacramento Queiroz; Patrícia Rodrigues)	18
- A relação música e escola (Amanda Caroline Calixto)	40
- Acolhimento e adaptação das crianças na Educação Infantil (Thauany Lemos Neves; Roseli Lemos Neves)	56
- Aplicações educacionais da ABA no contexto do Transtorno do Espectro Autista (Andréa Bezerra Ferreira; Antonio Carlos de Lima Oliveira; Ladyanne Peasion Gomes Sereparan; Lígia Mara Ormond Pereira; Maria José Nunes Mota)	77
- Educação para o trânsito nas escolas: um caminho para a formação cidadã e a prevenção de acidentes (Ana Cristina Lourenço)	88
- Estrutura e Funcionamento da Educação Básicas e a Pedagogia de projetos (Jenifer Halana de Melo Euzébio)	95
- O Ensino do Basquetebol na Educação Física Escolar: Proposta de Plano de Aula para o 2º Ano do Ensino Médio (Jenifer Halana de Melo Euzébio)	104
- O papel da afetividade no ambiente escolar: como a relação professor/aluno impacta a aprendizagem (Luiz Fernando Pereira de Almeida; Regiane Sales Ribeiro)	109
- O uso de jogos no ensino da matemática para séries iniciais (Humberto Sales de Queiroz)	116

- Relato de Experiência Pedagógica no Studio de Dança Bellatrix: A Dança como Ferramenta de Formação Humana (Jenifer Halana de Melo Euzébio)	122
SAÚDE	127
- A contribuição da Biomedicina na pesquisa, diagnóstico e controle de doenças parasitárias: uma análise sobre Leishmaniose, Malária e Toxoplasmose (Angela Stefani Saltiere Alencar)	129
- A importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas associadas ao sedentarismo (Jhonatan Almeida de Castro)	136
- Produção de frutas cítricas e seus benefícios nutricionais e funcionais para a saúde humana (Rafael Gianini Santana)	142
- Saúde mental - depressão e ansiedade (Luzinete da Silva Mussi)	149

EDITORIAL

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento." (Platão)

O conhecimento, por si só, não basta. Ele precisa ser compreendido, direcionado e aplicado com propósito. Afinal, de que adianta acumular saberes sem reconhecer sua utilidade? O verdadeiro valor do conhecimento está em como ele pode ser usado para transformar realidades, solucionar desafios e impulsionar o crescimento pessoal e coletivo.

Cada indivíduo tem um papel único na sociedade, e o conhecimento que adquirimos ao longo da vida nos ajuda a desempenhá-lo da melhor maneira possível. Quando reconhecemos como utilizá-lo de forma consciente e construtiva, nos tornamos agentes de mudança e evolução.

É com esse ideal que seguimos firmes na missão da Revista Científica ISCI, oferecendo um espaço para a disseminação do saber e sua aplicação prática. Acreditamos que compartilhar conhecimento é também um ato de responsabilidade, contribuindo para um mundo mais esclarecido e inovador.

Agradecemos a todos os autores, leitores, parceiros e colaboradores que fazem parte desta jornada. Juntos, seguimos transformando conhecimento em impacto positivo.

Prof.^a Ma. Luzinete da Silva Mussi¹
Diretora Editorial da ISCI Revista Científica

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

EDUCAÇÃO

- A importância da biópsia muscular e a predominância de fibras brancas na performance esportiva: implicações diagnósticas e genéticas (Jenifer Halana de Melo Euzébio)

A importância da biópsia muscular e a predominância de fibras brancas na performance esportiva: implicações diagnósticas e genéticas

Jenifer Halana de Melo Euzébio

DOI: 10.5281/zenodo.15685442

RESUMO

A biópsia muscular é um exame relevante na avaliação de doenças neuromusculares e no estudo da composição das fibras musculares. Este trabalho analisa um caso em que o resultado da biópsia do músculo vasto lateral de um atleta revelou 70% de fibras brancas, associadas à contração rápida. Essa predominância indica aptidão para atividades físicas de curta duração e alta intensidade. O exame é considerado eficaz e pode contribuir significativamente para decisões sobre modalidades esportivas mais adequadas. Além disso, ressalta-se o papel da genética no desempenho atlético, especialmente na proporção entre fibras lentas (vermelhas) e rápidas (brancas). A análise histológica e imunoistoquímica permite diferenciar e quantificar os tipos de fibras, o que pode ser utilizado tanto no diagnóstico de patologias quanto na otimização do rendimento esportivo.

Palavras-chave: Biópsia muscular. Fibras brancas. Fibras vermelhas. Desempenho esportivo. Genética.

Desenvolvimento

Relato

Atualmente, alguns países adotaram a prática de realizar biópsias de músculos do membro inferior em atletas de pista (corridas de longa e de curta distância). Você é profissional da área da saúde e tem um paciente que foi submetido a esse exame. O resultado apresentou 70% de fibras brancas na constituição do músculo vasto lateral. O que isso significa? Esse exame é eficaz? Pode ser importante para o atleta? A genética do atleta tem a ver com

seu desempenho? O que são fibras brancas e vermelhas? São a mesma coisa do que fibras rápidas e lentas?

Nossa vida depende do funcionamento adequado do tecido muscular, desde sentar, ficar em pé, falar e andar, até o batimento cardíaco e a respiração, sem os músculos, a vida humana seria impossível, ele é de extrema importância em nosso corpo. A biópsia de músculo é um instrumento diagnóstico utilizado na avaliação de doenças musculares adquiridas, o diagnóstico mais preciso das miopatias hereditárias e inflamatórias muitas vezes requer a realização de biópsia de músculo, que igualmente pode indicar a possibilidade de afecção do neurônio motor ou do sistema nervoso central.

As fibras musculares esqueléticas podem ser classificadas em dois tipos as vermelhas ou de contração lenta e as brancas ou de contração rápida, essa classificação é plausível uma vez que nem todos os músculos esqueléticos tem capacidades funcionais idênticas, no caso do paciente o resultado do exame apresentou 70% de fibras brancas isso significa que o individuo possui maior quantidade de fibras rápidas, geralmente usadas em atividades de curto prazo, são mais fortes do que as fibras vermelhas que são mais resistentes, usadas em atividades de longa duração. O exame pode ser importante para a tomada de decisões quanto a que tipo de modalidade esportiva é a mais vantajosa para o atleta e também é muito eficaz pois ao microscópio óptico as fibras são visualizadas claramente e classificadas. Apesar da existência de uma classificação das fibras musculares esqueléticas nos seres humanos, não existe uma separação clara entre os dois tipos de fibras musculares esqueléticas, é que a maioria dos músculos tem os dois tipos de fibras embora a quantidade de cada uma varie para cada músculo outro ponto a se destacar é sobre a genética que tem muito a ver o desempenho do atleta, influencia fortemente na quantidade de fibras lentas.

Os especialistas utilizam as mais modernas técnicas de análise histológica, incluindo estudo histoquímico e imunoistoquímico das diversas proteínas musculares, de modo a auxiliar o esclarecimento da etiologia das doenças neuromusculares trazendo resultados e melhorias para o corpo e nosso bem-estar.

Conclusão

A biópsia muscular apresenta-se como uma ferramenta eficaz não apenas para o diagnóstico de doenças neuromusculares, mas também para a avaliação do potencial físico de atletas. O resultado que revela 70% de fibras brancas no músculo vasto lateral indica uma predisposição ao desempenho em atividades de explosão, como corridas de curta distância. Esse dado pode auxiliar na escolha mais assertiva de modalidades esportivas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de treinamento personalizadas. Além disso, a genética desempenha um papel determinante na proporção entre fibras rápidas e lentas, o que reforça a importância de abordagens individualizadas na medicina esportiva. Portanto, o conhecimento da constituição muscular é essencial tanto para a saúde quanto para a performance atlética.

Referências

- BERTOLINI, Gustavo R. F.; ZAKI, Mahmud. Músculos: anatomia, fisiologia e cinesiologia. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.
- GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.
- KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.
- SOUZA, Juliana Dias de; CASTRO, Fabiana de Almeida. A biópsia muscular na investigação de miopatias. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 53, n. 3, p. 167–174, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpml>. Acesso em: 17 jun. 2025.

**- A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular:
alguns apontamentos (Ana Carolina Silvério Moreira; Bianca Fadel;
Eduarda de Cássia Camargo Corrêa; Eduarda Graciele Passos Jacinto;
Eleni Nascimento Ruozo; Germana Gonçalves de Lima Alves; Juliana
Maciente Monteiro; Maria Heloisa Rüegger Lucredi; Mirella Vanessa do
Sacramento Queiroz; Patrícia Rodrigues)**

**A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular:
alguns apontamentos**

Ana Carolina Silvério Moreira

Bianca Fadel

Eduarda de Cássia 'Camargo Corrêa

Eduarda Graciele Passos Jacinto

Eleni Nascimento Ruozo

Germana Gonçalves de Lima Alves

Juliana Maciente Monteiro

Maria Heloisa Rüegger Lucredi

Mirella Vanessa do Sacramento Queiroz

Patrícia Rodrigues

DOI: 10.5281/zenodo.15649774

RESUMO:

O objetivo deste estudo é refletir sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular e os fatores que interferem no desenvolvimento e aprendizagem do educando com deficiência intelectual (DI). E também, uma análise nas leis que reagem à Educação Especial, pois são elas que dão diretrizes legais para a inclusão desses alunos, sendo que cada vez mais se descobre a importância e a necessidade desses alunos receberem educação formal como qualquer outro e são por meio do embasamento das leis que esses direitos, são garantidos. O estudo percorre por alguns entraves que dificultam o trabalho do professor: salas com um grande número de alunos, a falta de um professor de apoio, isso torna-se difícil o trabalho eficiente por parte do professor ao receber casos especiais de alunos com deficiência intelectual (DI) na sala regular de ensino. O artigo consiste em uma revisão bibliográfica baseado na concepção de grandes autores, dentre eles: Mantoan (2006), Sainback (1999) e outros.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência intelectual. Aprendizagem.

Introdução

A escolha deste tema deu-se partir da necessidade de compreender melhor sobre a deficiência intelectual e discorrer sobre as diferentes estratégias, que podem ser utilizadas para auxiliar o processo ensino aprendizagem do educando com deficiência intelectual. E também uma maior reflexão sobre a inclusão, com ênfase em algumas leis em vigor.

Sendo que, nos tempos atuais ensinar crianças com deficiências no ensino regular tem sido um grande desafio, para professores e gestores. Contudo, há inúmeros desafios para promover a inclusão como, salas com um grande número de alunos, a falta de um professor de apoio, isso dificulta o trabalho eficiente por parte do professor ao receber casos especiais de educando com DI na sala regular de ensino. Diante disso, trabalhar com crianças com deficiência intelectual, tem sido desafiador para os docentes.

Com base nos pressupostos apresentados, o presente artigo tem o objetivo refletir sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino comum e os fatores que interferem no desenvolvimento e aprendizagem do educando com deficiência intelectual.

Também, é de suma importância uma análise nas leis em vigor que reagem a Inclusão, pois são elas que dão diretrizes legais para a inclusão desses alunos, sendo que cada vez mais se descobre, a importância e a necessidades desses alunos receberem Educação formal como qualquer outro e são por meio do embasamento das leis que são garantidos esses direitos.

Vale ressaltar que a Educação Inclusiva tendo como base os princípios de igualdade e equidade, respeito as diferenças, visa superar as

desigualdades, mas é preciso quebrar alguns paradigmas, principalmente os relacionados à prática educacional. Por fim, superar desigualdades e lidar com a diferença requer conscientização, flexibilidade, plasticidade emocional, para desmontar práticas e crenças enraizadas e fragmentadas (MANTOAN, 2006).

Na tentativa de superar todos os entraves que se impõem a inclusão, o que se espera é que ao matricular uma criança com deficiência na escola regular, é preciso amparar o aluno, para que o seu desenvolvimento integral, suas interações sociais e o convívio com as outras crianças sejam satisfatórios. Mas, ao mesmo tempo temos que oferecer a esses alunos especiais um atendimento adequado, ou seja, que visa desenvolver o máximo de suas potencialidades na busca de tornar a aprendizagem significativa, prazerosa e que atenda a especificidades de cada indivíduo respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um. Segundo Mantoan (2006, 52): [...] “para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio”.

Daí a importância do papel do professor em relação às necessidades do educando, oferecer mecanismos de incentivo ao desenvolvimento da aprendizagem no que se refere a sua prática em sala de aula, pois conforme afirma Mantoan: “considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância do seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão. Assim sendo, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino.” ((MANTOAN,2016 P. 55)

Ainda de acordo com Mantoan (2003) “O ponto de partida para ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno ao aprender, e não pelo professor ao ensinar. Essa inversão é fundamental para que possa ensinar a turma sem sobrecarregar o professor”. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e das práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. (MANTOAN, 2003).

Além disso, é necessário que professores ao receber alunos com deficiência intelectual (DI) busque conhecimento de como trabalhar com ele (a), no que se refere a sua prática em sala de aula, manter um diálogo com o professor da classe do atendimento Especial, com a família, dando subsídio para que esse aluno possa se desenvolver, e si sentir incluído de acordo com sua especificidade.

Segundo Stainback (1999, p. 243) “os professores também precisam modificar as atividades em que um determinado aluno participa, ou a maneira como ele atinge os objetivos”.

Práticas com pequenos ajustes de materiais que podem ajudar o aluno com deficiência intelectual (DI): acompanhamento do desempenho do aluno em tarefas conjuntas, com pares que favoreçam a troca de conhecimentos e experiências, o ensino por colegas; o apoio entre amigos. Sendo assim, atendendo a diversidade destes alunos, estratégias como essas podem favorecer o desenvolvimento de interações positivas entre os alunos, visto que a ajuda entre pares é fundamental. Ademais, é necessário considerar a individualidade, pois requer estratégias que atendam às necessidades e interesses de cada um, pois cabe ao educador, identificar: o que o aluno é capaz de fazer sozinho; o que ele faz com a ajuda de parceiros; o que ele pode realizar futuramente com autonomia.

Contudo, esse novo conceito concebe a Educação como um direito que prevê não somente a garantia à presença de todas as pessoas na escola, mas também à acessibilidade, ou seja, à eliminação dos obstáculos que impedem a plena participação dos estudantes.

Metodologia

Este artigo é constituído por revisão de literatura partindo da problemática “A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual no Ensino Regular: alguns apontamentos.”

E uma breve reflexão sobre a inclusão do aluno com deficiência intelectual na rede regular e também uma revisão sobre percurso da inclusão tendo como base as leis em vigor, pois são elas que dão diretrizes legais para a inclusão desses alunos, sendo que cada vez mais se descobre, a importância e as necessidades desses alunos receberem educação formal como qualquer outro e são por meio do embasamento das leis que são garantidos esses direitos.

Na realização deste estudo é possível identificar a trajetória das Leis sobre inclusão. Possibilitou conhecer os avanços das mesmas, onde significativamente contribui para a evolução da garantia dos direitos do educando com deficiência em diversos aspectos.

A metodologia utilizada será pesquisa bibliográfica de revisão de literatura e diversos autores que abordam o conceito de inclusão, dentre eles: Mantoan, (2006), Stainback, (1999) e outros.

O Percurso da Inclusão: alguns apontamentos

Não podemos falar de Inclusão sem citar as leis que dão amparo legal a essa modalidade de ensino e algumas variantes que garantem uma Educação digna aos educandos com deficiência em nosso país. Sendo assim, historicamente falando:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant –IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje

denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos — INES, ambos no Rio de Janeiro. Já em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental e em 1954, é fundada a Primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE; sendo em 1945 criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2015 P. 02)

A partir disso, já havendo atendimento, que em 1961, a Lei no 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentou o atendimento Educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais”. Passam-se os anos chega à atual Constituição de 1988, que é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico (BRASIL, 2015).

Indo mais adiante, uma Lei também considerada inovadora, a Declaração de Salamanca, 1994 que “... proporcionou uma oportunidade única de colocação da Educação Especial a chamada “educação para todos” firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com deficiência e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”. (BRASIL, 1994 s/p). Logo após, ocorreu a Convenção da Guatemala em 1999, essa Convenção Interamericana veio a favor da eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, que no Brasil, foi reconhecida pelo Decreto nº 3.956/2001. O texto brasileiro afirma que as pessoas com deficiência têm “os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano” (BRASIL, 1994).

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo

de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2015).

Em 2009, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada pela ONU e tem o Brasil como um de seus signatários. Na área da Educação, ela afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação inclusiva em todas as etapas de ensino.

Por fim a Lei 13.146 de julho de 2015, a chamada Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual consagrou a política de educação inclusiva no Brasil (BRASIL, 2015).

Isso significa que todas as escolas, sejam públicas ou particulares devem cumprir as determinações dessa lei, no sentido de aprimorar seus sistemas de ensino, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a todas as pessoas com deficiência. E também essa lei trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência, traz em seu capítulo IV, o direito de acesso à educação e traz avanços importantes. Ela foi sancionada no ano de 2015 (após 15 anos de tramitação) e entrou em vigor a partir do dia 2 de Janeiro do ano de 2016, prevendo mudanças em várias áreas, como trabalho e educação por exemplo. É um real avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade (BRASIL, 2015).

O Capítulo IV é inteiramente dedicado ao Direito à Educação, e estabelece que a educação é direito da pessoa com deficiência, conforme:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados pelo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo

desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, S/P)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em vigência há mais de três anos, já beneficiou em diversos aspectos muitas pessoas, com algum grau de deficiência e vem trazendo suas ramificações desde a sua promulgação.

Sendo assim, vale ressaltar que, mesmo sob garantia das Leis, os educandos com deficiência ainda sofrem preconceitos, são discriminados e muitas vezes excluídos, pela por falta de fiscalização, pois ela será fundamental para que todos os direitos e garantias se efetivem na prática.

Diante dessa análise, cabe refletir que vivemos em um país democrático em que se pressupõe que haja liberdade e igualdade de direitos para todas as pessoas. E ainda, ao falar da inclusão, seja na sociedade, no ambiente escolar, não podemos esquecer que, há tempos atrás a pessoa com deficiência era tratada como “excepcional” e excluída da sociedade, até mesmo da escola como aponta estudos, hoje em tempos atuais, com o advento das leis que respaldam os direitos da pessoa com deficiência em todos os aspectos e a sociedade mais atuante nesse processo, torna-se mais favorável os direitos das pessoas, principalmente da com deficiência, que muitas vezes não eram ouvidos. Contudo, como se diz, comumente a inclusão é um processo e o ambiente educacional é um importante meio para tratar o tema em questão, pois é começando pelas crianças, com a conscientização delas sobre a diversidade e que o aluno com deficiência possa ser visto como devem ser, como algo natural, que faz parte da natureza humana. Sendo assim, pode ser dizer que, a Educação é um dos pilares para alcançarmos a almejada sociedade inclusiva.

A Deficiência Intelectual

O termo deficiência intelectual sobrepôs à terminologia deficiência mental, mudando o paradigma de doença encontrado em outras literaturas mais antiga e também para ser diferenciado dos transtornos mentais.

A definição da condição de deficiência intelectual está pautada no Decreto nº 5.296: o funcionamento intelectual é significativamente inferior à média e deve ser associado a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como a comunicação, os cuidados pessoais, as habilidades sociais, a utilização da comunidade, a saúde e segurança, as habilidades acadêmicas e o lazer e trabalho. Enfatiza-se que tais dificuldades devem se manifestar antes da idade dos 18 anos (BRASIL, 2004).

De acordo com o DSM V a deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual),

Caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade. O atraso global do desenvolvimento, como o nome implica, é diagnosticado quando um indivíduo não atinge os marcos do desenvolvimento esperados em várias áreas do funcionamento intelectual (DSM 5, 2014, P. 31).

Nesse sentido, a deficiência intelectual não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento (BRASIL, 2006).

A grande dificuldade de conceituar a deficiência intelectual trouxe consequências indeléveis na maneira de lidarmos com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande

parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental.

Para Paganelli (2017), a deficiência intelectual não significa, necessariamente, uma incapacidade, mas uma relação entre seus impedimentos de longo prazo e as barreiras existentes no ambiente. Sendo assim, esse novo conceito concebe a Educação como um direito que prevê não somente a garantia à presença de todas as pessoas na escola, mas também à acessibilidade, ou seja, à eliminação dos obstáculos que impedem a plena participação dos estudantes.

Assim como afirma Paganelli (2017), um estudante com deficiência intelectual não tem idade mental diferente da cronológica, nem é menos inteligente que os demais.

Ele é diferente, como todos os outros. Com algumas características que se sobressaem, talvez. Mas é importante lembrar que na Educação Inclusiva a diferença é reconhecida como um valor e cada um tem o direito de ser como é.

E ainda de acordo com Paganelli (2017), O diagnóstico se dá baseado em perspectivas médicas e em aspectos clínicos que hoje deu lugar ao novo modelo social. E é nesse novo conceito que concebe a educação com um direito.

De acordo com essa perspectiva, pode-se dizer que são muitos os desafios, isso, pois segundo Mantoan:

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todo; Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; Garantir aos alunos tempos e liberdade para aprender, bem como o ensino que não segregue e que reprove a repetência; Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (MANTOAN, 2006, P.41, 42)

Nesse sentido, o principal desafio da inclusão é a reorganização das escolas, como: adaptação da arquitetura, adequação de conteúdos curriculares, a preparação dos professores e outras mudanças da didática e metodologias.

Papel da escola na inclusão do aluno com deficiência intelectual

O estudo sobre inclusão escolar tem como finalidade levar a criança, com deficiência, ocupar seu próprio espaço, tanto na escola, quanto na sociedade, pois “Educação é um direito de todos”, assim revela a nossa Constituição e na medida em que seus direitos são respeitados e valorizados, a criança consegue desenvolver suas habilidades de forma ativa e dinâmica, por meio de propostas curriculares e da evolução da conscientização dos profissionais envolvidos (BRASIL, 2015).

Contudo, a escola inclusiva depende de adaptações de grande e médio porte. A de grande porte são de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais e as de pequeno porte compete aos professores, pais, gestores que devem procurar recursos e especializar-se.

Conforme corrobora Oliveira, Valentim e Silva (2013), a escola precisa mesmo mudar. Incorporar alunos com deficiência intelectual em situações comuns de ensino traz implicações substanciais para o contorno da prática escolar. Uma dessas implicações, obviamente, se relaciona com a política educacional e com a disposição do sistema de ensino em, efetivamente, se tornar inclusivo, uma vez que não são poucas e nem pequenas as modificações necessárias para que a escola possa incorporar os alunos com deficiência intelectual de forma qualificada. Ainda de acordo com Oliveira, Valentim e Silva (2013):

Um outro ponto importante e que deve ser providenciado pelos sistemas de ensino refere-se à formação de professores. Conteúdos sobre as necessidades educacionais especiais não faziam parte dos cursos de formação inicial de professores, que atualmente se deparam com essas particularidades e ficam imobilizados diante de seu próprio desconhecimento, portanto, precisam de formação contínua e constante, para que possam repensar suas práticas pedagógicas e rever seus métodos de ensino, a fim de atender adequadamente àqueles com deficiência intelectual. (OLIVEIRA, VALENTIM E SILVA, 2013, p. 28,29).

Sob a visão dos autores, Oliveira, Valentim e Silva (2013), cabe à escola, de modo coletivo, repensar o processo de ensino. Para materializar a ideia de inclusão escolar na área da deficiência intelectual, transformar o ambiente de ensino e a forma de se apresentar os conteúdos curriculares e, além disso, buscar estratégias, maneiras de acompanhamento da aprendizagem desses alunos, pois têm os mesmos direitos e possibilidades ao conhecimento que os demais.

Assim como afirma Mantoan (2003) estratégias pedagógicas diversificadas contribui para o desenvolvimento da aprendizagem da criança e do adolescente com deficiência intelectual, favorecendo uma melhor compreensão, pois possibilita ao educando com deficiência intelectual (DI) desenvolver por meio dessas estratégias uma melhor aprendizagem de maneira que o aluno possa acompanhar as atividades propostas pela professora em sala de aula junto com seus pares, ou seja, professor não diversifica o ensino, mas as atividades que propõe a todos os alunos, com e sem deficiência, na sala de aula. Não se pode exigir que todos os alunos aprendem o dado conhecimento, igualmente e pelo mesmo caminho.

Sendo assim, segundo Stainback (1999), embora os objetivos educacionais básicos específicos possam continuar sendo os mesmos, os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem ser individualizados para serem adequados às necessidades, as habilidades, aos interesses e as competências singulares de cada aluno, pois o sucesso na aprendizagem está

em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno, por conta disso, o foco do educador deve ser sempre nas possibilidades e não nos déficits dos estudantes, uma vez que, infantilização e a subestimação da pessoa com deficiência intelectual podem ser as principais barreiras para a sua inclusão.

Dessa maneira, o acolhimento a diversidade, é um fator que pode contribuir para que todos os alunos se sintam valorizados, seguros, conectados e apoiados.

Por tanto, sobre essa perspectiva, esse novo modelo de escola que almejamos exige de cada um de nós, um esforço coletivo, de mudar as relações e intenções postas no ambiente escolar. Pois, teremos que sair da zona de conforto, para caminharmos em direção a uma escola inclusiva.

Discussão

Com o passar dos anos, é possível perceber que, ao se tratar de alunos com deficiência as políticas educacionais têm se desenvolvido gradativamente em prol da inclusão de alunos com deficiência. Contudo, pode se dizer que, para um ensino eficaz baseados nos princípios democráticos e igualitários da inclusão e de uma educação de qualidade para todos os alunos, há muito os desafios a serem enfrentados. Uma vez que, a responsabilidade é intrínseca, entre governo, família, professores, gestores etc. Sendo assim, a inclusão representa um desafio aos educadores para encontrar caminhos e meios, estabelecer política de ação e criar meios para provisão de recursos educacionais apropriados a todos os educandos. O investimento em mais políticas públicas em prol do aluno com deficiência é um fator crucial para garantia de tais direitos, que muitas vezes são “negados”, por falta de fiscalização. Outro fator importante é o investimento em formação continuada

para os professores, gestores e todos os envolvidos no viés da educação, pois, por vezes, estes profissionais ao receber alunos com deficiência alegam não saber como lidar, muitas vezes por falta de apoio de todos os envolvidos na educação dessas crianças. Dessa forma, a formação continuada de professores e os envolvidos nesse processo é de suma importância para a eficiência desse atendimento, que realmente atenda às necessidades desses alunos que têm o direito de ser atendido como todos os outros.

Considerações Finais

A realização deste artigo proporcionou-me uma maior reflexão em relação à questão da Educação Especial, bem como as dificuldades que enfrentam os professores quando recebem um aluno com deficiência.

Algumas escolas mostram-se como um “espaço aberto” para receber crianças com dificuldades de aprendizagens. Mas as instituições precisam refletir levando em consideração que, para o professor desenvolver um trabalho satisfatório, exige algumas condições básicas, como: tempo, as etapas didáticas e situações apropriadas para o acolhimento dessas especificidades.

Sabemos que esta é uma questão emergencial do século XXI, e que apesar disso, o professor contemporâneo, apesar de muitos não saberem lidar com certa deficiência vem se esforçando cada vez mais para receber o aluno com deficiência em sua sala de aula, ademais é preciso investir em formação continuada, políticas de valorização dos professores, para que com esse apoio eles possam realizar um bom atendimento a seus alunos, principalmente o com deficiência.

Neste sentido, pode-se concluir que, por meio de pequenas ações de parceria com todos os envolvidos no processo, pais, professores, gestores e poder público, pode-se propor caminhos diferentes para facilitar o processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência intelectual (DI), por meio de

estratégias diversificadas, buscando atender as necessidades e não apenas “colocar” em uma sala de aula e não fazer com que os resultados aconteçam.

Nessa perspectiva o professor, como o responsável pelo aprendizado do aluno e por criar alternativas, deve propor meios para atender as suas necessidades.

Pode-se concluir que o aluno com deficiência intelectual leve pode sim ter sucesso na aprendizagem, desde que, os profissionais envolvidos se libertem da má idealização, da falta de comprometimento e faça a diferença, independente das barreiras. Por isso, concordo sim, com a inclusão dentro de uma premissa de interação real, e não de maneira como temos visto, porém sempre levando em conta cada caso e grau de deficiência do aluno, principalmente do aluno com deficiência intelectual.

Referências

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL Ministério da Educação Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 30 Nov. 2021.

Ministério da Educação Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-naional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 30 Nov. 2021.

Ministério da Educação. Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Brasil 2015. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192 Acesso em: 30 Nov. 2021.

Ministério da Educação. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192 Acesso em: 30 NOV 2021.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394. MEC, 1996.

Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado Deficiência Mental: formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf>. Acesso em: 30 Nov. 2021.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na educação especial. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de 1996.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN Jean-Robert; FIGUEIREDO Rita Vieira de. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Fascículo 2 – O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual.

Disponível

em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009

Acesso em 29 Nov. 2021.

GARGHETTI Francine Cristine; MEDEIROS José Gonçalves;
NUERNBERG Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual

Disponível em:

<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/viewFile/994/820>.

Acesso em: 26 Nov. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO
DA

EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares da
educação especial para a construção de currículos inclusivos. Curitiba, 2006.

Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.p](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf)

df Acesso em: 29 nov. 2021.

LOPES, P. Normal, normal mesmo, é só deus”: sobre possibilidades e
contradições da identidade de “pessoa com deficiência intelectual” Revista de
Antropologia, Vivência nº 41, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/4711/3863>>. Acesso em: 29.
Nov. 2021.

MAFRA, S.R.C. O Lúdico e o Desenvolvimento da Criança Deficiente
Intelectual. Secretaria de Estado da educação Superintendência da Educação.
Diretoria de Políticas e Programas Educacionais- Programa de
Desenvolvimento Educacional, 2008.

Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>>.

Acesso em: 28 Nov. 2021.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V ® 5a edição

Disponível em: <[http://www.tdahmente.com/wp-](http://www.tdahmente.com/wp-content/uploads/2018/08/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf)

[content/uploads/2018/08/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf](http://www.tdahmente.com/wp-content/uploads/2018/08/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf) >

Acesso em: 27 Nov. 2021.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? – 2 ed.

São Paulo:

Moderna, 2006

MANTOAN M.T. E Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?

Editora Moderna, 2003

OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. Avaliação pedagógica:

foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva.

Disponível em: < https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_11oliveira.pdf>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

PAGANELLI, R. O desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual e o mito da idade mental.

Disponível em: [https://diversa.org.br/artigos/o-o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual e o mito da idade mental](https://diversa.org.br/artigos/o-o-desenvolvimento-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-e-o-mito-da-idade-mental). Acesso em: 15 Nov. 2021.

ROSSATO, S.M.; CONSTANTINO, E.P.; MELLO, S.A.O Ensino da Escrita e o Desenvolvimento das Pessoas com Deficiência Intelectual. Psicologia em Estudo, Maringá, V.1. N.4, p. 737-748, out./dez. 2013.

Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/html/2871/287130590015/>>. Acesso em: 20 Out. 2021.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Tradução de Magda Soares França Lopes. Porto alegre: Artmed, 1999, 451:il. Brochura, 23 cm ISBN 8573075821.

VELTRONE, A.A.; MENDES, E.G. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. Educação em Perspectiva, Viçosa, v.3, n.2, p.448-450, Jul, /dez.,2012 Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/235/91>>. Acesso em: 01 Dez 2021.

- A relação música e escola (Amanda Caroline Calixto)

A relação música e escola

Amanda Caroline Calixto

DOI: 10.5281/zenodo.15634473

RESUMO

O presente artigo reflete acerca de questões relativas ao ensino de música no Ensino Fundamental I em escolas públicas, focando-se em suas problemáticas e possível ausência de prática e desenvolvimento no cotidiano escolar. O objetivo do artigo resume-se em conhecer a concepção dos professores de ensino da arte que atuam no Ensino Fundamental I sobre a utilização da música para o desenvolvimento dos alunos, visando apreender as dificuldades, a importância da música e possíveis benefícios oferecidos como potencializadores ao desenvolvimento cognitivo.

Palavras-chave: Educação Musical. Formação docente. Ensino de arte. Prática pedagógica. Escola.

Introdução

A música é um fenômeno complexo de definir e explicar, podendo ser vista tanto como uma "organização de sons" quanto como uma "forma de expressão artística". Suas definições variam conforme diferentes perspectivas, sejam elas técnicas, culturais ou até mesmo poéticas. Ao longo da história, a música passou por várias concepções e transformações, refletindo as mudanças de cada época até alcançar os conceitos contemporâneos. Dessa forma, a música pode ser entendida como uma estrutura organizada de sons destinada à audição, funcionando como uma linguagem desenvolvida socialmente. Embora seja uma expressão artística universal, sua manifestação varia de acordo com a cultura. (MEIRELLES; STOLTZ; LÜDERS, 2014, p.112).

A música, ainda, está presente em diversos contextos, como propagandas, filmes, rádio e ambientes públicos, tornando-se um elemento constante da vida moderna. Com a popularização das plataformas digitais, o acesso à música se tornou ainda mais prático, consolidando-a como um hábito recorrente. Além de ser uma fonte de entretenimento, a música também desempenha um papel importante na educação, sendo garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O artigo 26 determina que "As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo" (BRASIL, 1996), reforçando a obrigatoriedade do ensino da arte na educação básica. Assim, a música pode ser utilizada como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem por meio de atividades educativas e abordagens lúdicas. O aprendizado mediado pela música não apenas proporciona momentos de diversão, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Como aponta Zampronha (2002), "A música auxilia a maturação intelectual do educando [...]" (p. 79). Meirelles, Stoltz e Lüders (2014) destacam a Educação Musical como um fator que impulsiona a aprendizagem, pois exige o desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas, como coordenação motora, musicalidade, capacidade de aprendizado e criatividade.

Contudo, apesar de seu reconhecimento legal e de seus benefícios para a aprendizagem, a implementação da música na educação enfrenta desafios. Loureiro (2003) destaca alguns dos principais problemas da área, como a falta de sistematização do ensino musical nas escolas e o desconhecimento sobre o valor da educação musical dentro do currículo escolar. Além dessa falta de reconhecimento sobre a importância da música na educação, há obstáculos práticos para sua implementação nas instituições de ensino no Brasil. É essencial compreender por que a música recebe esse tratamento dentro dos processos educativos, considerando seu potencial como instrumento de aprendizagem dentro do ensino das artes. Loureiro (2001) argumenta que:

Diante da realidade brasileira, a educação musical no ensino fundamental não apresenta uma identidade própria nem um direcionamento que a caracterize como um saber escolar estruturado, capaz de proporcionar acesso irrestrito à prática musical. A educação musical requer novas propostas e possibilidades de intervenção educativa, pois é nesse período da escolaridade que se desenvolvem habilidades essenciais para o futuro do indivíduo. (LOUREIRO, 2001, p.28).

Dessa forma, este artigo traz o olhar dos professores sobre como percebem a música e sua presença na educação, utilizando como base a Análise de Conteúdos de Bardin (2011) para a análise dos dados coletados.

Relação música e escola

Os dados aqui se referem à música no ambiente escolar segundo a visão e percepção dos professores entrevistados, dialogando sobre questões importantes quanto à música relacionadas à escola e seu ambiente, mais especificamente quanto ao Ensino Fundamental I, como, por exemplo, infraestrutura escolar para o ensino da música, materiais pedagógicos relacionados a música disponíveis no ambiente escolar e como a Educação Musical ou a música está (ou não) presente dentro das escolas pesquisadas.

Sendo assim, todos os professores entrevistados afirmaram a presença da música ou da Educação Musical dentro das escolas, porém, de formas distintas. Uma dessas formas é retratada pela professora II.

Prof. II: “Assim, presente na escola eu vejo que sim, porque quando tem algum projeto, vai ter uma dança pra alguma coisa[...]”
TPesquisadora: “Na escola a gente vê mais presente, então, em festividades?”
Prof. II: “É”

Quando perguntado a ela se, resumidamente, a música se mostra mais presente em festividades escolares, a mesma afirma, dizendo que sim. Então, dessa forma, nesse contexto, a música está presente dentro da escola em momentos informais, como mencionado: em festividades, ou, também como a professora II mencionou, presente através de danças e projetos.

Outra forma de presença da música nas escolas mencionada é a indicada pelo professor III.

“Então, a música[...], a educação musical, ela está presente de forma pedagógica[...] não assim: “ah, vamos trabalhar música, vamos ensinar as crianças a aprender música, aprender a tocar instrumentos...”; não, dessa forma não, né? O máximo que acontece, às vezes, é na questão da fanfarra[...]” **(Prof. III)**

O professor III retrata a Educação Musical, como menciona, de uma forma “pedagógica”. Questionado quanto à significação de tal termo, o mesmo afirma ser uma forma de utilizar a música de forma lúdica. Para além disso, menciona que o ensino da música não está presente de forma teórica ou educacional, enfatizando que não é essa a maneira que ele encontra a música na escola, porém, mencionando que a encontra através da fanfarra, um conjunto musical presente nas escolas, o mesmo sendo espaço para várias crianças fazerem parte.

Assim como os demais professores, o professor I também confirmou a presença da música e/ou Educação Musical nas escolas, porém, possuiu certa dificuldade para expressar tal afirmação.

“Sim. A música, a musicalização, está presente dentro das escolas, sim. Mas, assim, depende muito do que você quer buscar, né? Às vezes, por ser em sala de aula, às vezes, limita um pouco, mas ela está presente, sim, depende muito a forma que você quer trabalhar[...]. O projeto você pode expandir, né? Você trabalha mais aberto com a música, enquanto a escola, você tem uma disciplina a ser seguida, né? Então, nem sempre dá pra você esticar muito, mas a gente consegue trabalhar, desenvolver a música de uma forma legal também” **(Prof. I)**

Observa-se então que, mesmo que os professores entrevistados afirmem que a música está presente no ambiente escolar, nos relatam formas distintas, porém nenhuma delas está relacionada à Educação Musical ou o ensino através da música.

Como já mencionado no presente artigo, a presença da música na escola, atualmente, é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) através do ensino da arte, porém, além de mencionarem a presença da música de

forma um tanto superficial, a maioria dos professores afirma também que tal garantia presente na LDB não é o suficiente para a efetivação da Educação Musical ou da música dentro das escolas.

“Olha, eu entendo que, apesar de ela estar na LDB... mas a gente percebe que está na LDB, mas foge um pouco na nossa realidade. Ela (a música) dentro da escola, a gente sabe que não é bem assim, né? No papel “tá” lindo, maravilhoso, mas nem sempre você pode dentro da escola desenvolver tudo aquilo que você quer, da forma que você quer[...]. Nós não temos, assim, escola, hoje, com tamanho e espaço preparado “pra” gente desenvolver isso de forma, assim, que nós podemos falar: “olha, a LDB está aqui e aqui nós vamos colocar ela cem por cento”. Não dá, porque ela não “tá” na nossa... Não é tão real, não é uma realidade total, assim. Então, apesar de estar na LDB, mas nem sempre a gente consegue, dentro da escola, implantar, colocar, desenvolver ela, como nós queremos, como a gente pensa, né?” **(Prof. I)** “Não! Não... assim, tudo no papel é muito lindo[...] só que o triste é que na prática vai ser complicado[...]. Só a lei, só a LDB falando lá que é obrigatório, que é necessário, que... não adianta, não adianta” **(Prof. III)**

Percebe-se então que, mesmo que os professores afirmem que a música está presente dentro do ambiente escolar, ainda segundo eles, a LDB não é o suficiente para garantir que esteja, realmente, efetiva e eficientemente presente. A crítica quanto ao que “está no papel” e a “realidade escolar” estão muito presentes nas afirmações dos professores, que ressaltam a dificuldade de aplicar na escola o que a LDB garante.

As próximas subcategorias abordam ainda questões acerca da música presente nas escolas, abrindo um leque quanto às dificuldades encontradas dentro do ambiente para o desenvolvimento da Educação Musical ou música propriamente dita. Porém, antes de prosseguir, é importante ressaltar a última questão quanto à Educação Musical relacionada diretamente com a escola, no caso, quanto a precarização do ensino da música nas escolas.

Ao notar-se que a música se faz presente nas escolas de formas que não como Educação Musical, é possível que tal ensino da música esteja, de certa forma, precarizado. Foi unânime entre os professores as respostas quanto a precarização do ensino da música no Ensino Fundamental I nas instituições escolares, além de mencionarem possíveis motivos para tal precarização.

“Ah... “tá” bastante precário, né? Eu acredito que a gente deveria ter, assim, uma formação melhor, né? [...] Não é todo mundo preparado (para a educação musical)” **(Prof. II)** “Sim, claro! [...] Aí entra na questão política, né? Se você pegar o sistema, assim... Pra que música? Se eu tenho o camarada que sabe ler e escrever, ele vai saber fazer conta, ele vai saber, ele “tá” ótimo pro mercado de trabalho, mas pra que música?” **(Prof. III)**

É relevante ressaltar que, enquanto para os dois professores mencionados acima, é claro e objetivo responder que, sim, o ensino de música está precarizado nas escolas, o professor I, mesmo que também concorde, não aparenta estar tão seguro quanto a essa questão, principalmente ao levar em conta um contexto geral.

“Eu acredito que, em alguns pontos, sim. Porque você depende muito da escola que você vai, depende muito do material, né? [...] depende muito do apoio[...] depende muito do professor[...] então, tem algumas situações que levam um pouco a precariedade, sim” **(Prof. I)**

Mesmo que as respostas variem entre si, é unânime a ideia da precarização do ensino da música na educação, porém, mesmo que todos concordem quanto à tal precarização do ensino da música no Ensino Fundamental I, as razões foram, de certa forma, diferentes para cada um. Segundo o professor I, não é possível afirmar diretamente que exista a precarização, porque depende de cada instituição que você esteja, porém, mesmo assim, o mesmo chama a atenção ao dizer que existem situações que levam a precariedade; já a professora II menciona que o ensino da música está precarizado e que o que contribui para isso é a formação dos docentes em Arte, que, segundo ela, não são todos que estão preparados para lidar com a Educação Musical; por fim, temos o professor III, que menciona o sistema como grande instrumento de precarização do ensino da música, levando em conta a importância que a música tem como método de criticidade e reflexão e que não são trabalhadas tais competências.

Loureiro (2003) traz especificidades quanto à música dentro do ambiente escolar, mencionando e afirmando vários tópicos que os professores

entrevistados também mencionaram, como, por exemplo, a música presente somente em festividades, de forma informal.

É prática comum nas escolas, principalmente nas séries iniciais, ouvir música na entrada e saída do período escolar, no recreio, e ainda, de forma bastante acentuada, nos momentos de festividades que obedecem a um calendário com datas a serem comemoradas pela comunidade escolar. Neste sentido, podemos afirmar que a música está presente no cotidiano escolar de nossas crianças e jovens. Ela está presente em todo e qualquer lugar, pois vem ocupando cada vez mais espaços no cenário social da vida contemporânea. Porém, embora a música esteja presente no cotidiano da escola, questões precisam ser esclarecidas para entendermos o porquê da ausência do ensino sistemático da música e o lugar que vem ocupando no cenário educacional brasileiro. (LOUREIRO, 2003, p. 102)

Assim como os professores mencionaram, a música está presente dentro da escola, porém, não com características que abranjam o objetivo de uma Educação Musical, mas sim voltada para o entretenimento das crianças. Mesmo que os professores divirjam quanto às possíveis razões para tal precarização do ensino de música na escola, todos trazem à tona assuntos e temas importantes para serem tratados e explorados, no qual serão mencionados à frente.

Neto et al. (2013) caracterizam a infraestrutura escolar a partir de várias variáveis, como, por exemplo, abastecimento de água, abastecimento de energia, esgoto sanitário, cozinha, biblioteca, quadra de esportes, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de diretoria, sala de professor, TV, DVD, copiadora, computadores, internet etc. Ou seja, podemos compreender a infraestrutura escolar como tudo que compõe a escola afim de um bom funcionamento, desde salas de aula e materiais até a área externa. Sendo assim, a infraestrutura da escola é muito importante para o desempenho e desenvolvimento do cotidiano escolar e das atividades escolares, além de todo seu funcionamento também quanto a Educação Musical, já que a mesma pode ser trabalhada em diversos espaços, além de também ser parte da infraestrutura os materiais necessários para serem trabalhados durante as aulas. Tais aspectos da infraestrutura escolar foram salientados pelos professores, principalmente quais seriam tais recursos para se trabalhar a

música na escola e se tais recursos estão presentes ou não no ambiente escolar.

Prof. I: “Olha, na verdade, um dos grandes recursos, “pra” gente, seria o espaço, né? Sem dúvida nenhuma. Esse seria, assim, o maior recurso “pra” gente. E daí, também, além do recurso, ter os instrumentos, né?” **Pesquisadora:** “O espaço que você diz é o espaço físico mesmo?” **Prof. I:** “Espaço físico, né? Porque se você tem o espaço físico você consegue até ampliar mais o seu trabalho, né?[...] muito embora a gente vai se adequando ao espaço que tem, e procura desenvolver o trabalho da mesma forma, né?”

É interessante observar que, para o professor I, o espaço físico da escola seria um dos grandes recursos para se desenvolver a Educação Musical, além, também, dos instrumentos musicais, mesmo afirmando que consegue se adequar com o espaço disponível no ambiente escolar. Já a professora II menciona alguns outros recursos.

Prof. II: “Assim, material... a maioria das escolas, se a gente precisa, a gente tem um apoio, as vezes da prefeitura, né? [...] **Pesquisadora:** “Esses recursos necessários seriam os instrumentos?” **Prof. II:** “Depende do que quer desenvolver, né? Às vezes um rádio mesmo já ajuda, né? Porque aí você traz o pen drive, você traz um CD, que seja, consegue, ali...”

Tais recursos técnicos, como rádio e o CD, segundo a professora II, são os recursos necessários para se trabalhar com a Educação Musical. De forma diferente, o professor III menciona tais recursos como sendo básicos e não suficientes.

“E recurso... não, não tem recurso, não tem estrutura adequada, não tem ambiente, não, não tem, não tem nada disso... O que nós temos é exatamente o mesmo de sempre: alguns instrumentos e só[...]. Então, assim, nós temos sempre o básico: o rádio, um microfone, alguns instrumentos...” (**Prof. III**)

A presença dos instrumentos musicais básicos nas escolas foram os materiais/recursos também mencionados pelos professores entrevistados, porém, é interessante ressaltar que, mesmo que tais instrumentos estejam presentes, as faixas etárias influenciam em sua presença na escola.

“Assim, livros (sobre educação musical) nem tanto, mas os instrumentos têm, sempre tem, que a maioria das escolas tem o pessoal da fanfarra, mesmo sendo os pequenos[...]” **(Prof. II)** “Na verdade, nas escolas, depende muito da sua faixa etária, né? A gente vê que nas EMEI's, nos parques, você tem, assim, mais esses instrumentos, de uma forma mais adequada, além, muitas vezes, até do espaço, porque lá a gente tem a bandinha, né? Então você tem uma série de instrumentos “pra” musicalização, enquanto, já num outro nível, já na escola, já num primeiro, segundo, terceiro, e quarto ano, você já não tem mais a bandinha[...]. se eu quiser eu posso até confeccionar com a sala, os instrumentos, né? Pedir “pra” eles trazerem alguma sucata, alguma coisa assim “pra” gente desenvolver o instrumento e depois trabalhar, mas a escola, em si, ela não tem...” **(Prof. I)**

A fanfarra e a bandinha, no caso, a bandinha sendo uma série de instrumentos destinados à Educação Infantil que tem como propósito a musicalização, estão presentes dentro das escolas, porém, como mencionado pelo professor I, tais instrumentos parecem possuir mais relevância dentro do Ensino Infantil, diferentemente do Ensino Fundamental, que já não possui mais tais instrumentos e tanta influência e relevância musical.

Podemos observar, então, alguns recursos mencionados pelos professores como sendo importantes para o desenvolvimento da Educação Musical no ambiente escolar, como o espaço físico e instrumentos musicais, porém, é também relevante ressaltar que tais professores consideram a infraestrutura escolar faltosa quanto à tais materiais e recursos para se desenvolver a música em suas aulas e na escola.

Para além das concepções dos professores, vale refletirmos acerca dos materiais e recursos necessários para o desenvolvimento da Educação Musical, principalmente se tais materiais e recursos mencionados são realmente necessários e se são somente através deles que a Educação Musical seria introduzida em toda sua potencialidade dentro da escola. Como mencionado pelo professor I, existe a possibilidade de confeccionar seus próprios instrumentos musicais através de outros materiais, como, por exemplo, materiais recicláveis, ou, para além de instrumentos musicais, a Educação Musical pode abranger vários outros aspectos.

Se levarmos em conta as várias propostas e possibilidades da Educação Musical, é também importante percebermos que existem várias possibilidades de utilização de materiais e recursos para cada atividade específica, seja para a confecção de um instrumento ou somente para o ouvir uma música e utilizar dela para brincadeiras e jogos, por exemplo. Como tal, educação não é caracterizada somente pelo aprender música formalmente; outras atividades que não envolvidas especificamente com teorias musicais e aprendizagem de instrumentos são também válidas e proveitosas, abarcadas pela Educação Musical. O ensino e aprendizagem de instrumentos musicais não caracterizam a Educação Musical, mas, ao contrário, para além disso, o aprender de forma lúdica e prazerosa pode ser considerada uma de suas principais características.

Nos é claro que uma boa infraestrutura escolar é de grande importância para um bom desenvolvimento do ensino, podendo a ausência dela ser causadora de dificuldades para se desenvolver o trabalho, mais especificamente, no caso, o desenvolvimento da Educação Musical, porém, como mencionado, é importante refletirmos acerca da real importância de materiais e recursos específicos para o desenvolvimento da Educação Musical mencionados pelos professores, e se, sem eles, não seria possível tal educação ainda ser desenvolvida e trabalhada em toda sua potencialidade.

Sabendo-se que a Educação Musical possui grande abrangência de significados e possibilidades, é importante conhecermos possíveis dificuldades de trabalhá-la dentro do ambiente escolar para, assim, compreendermos ainda melhor sua possível ausência na escola. Um dos pontos mencionados acerca das dificuldades de se desenvolver a Educação Musical na escola é o tempo.

“Então, assim, seria aquela coisa, assim, a disponibilidade, que muitas vezes o professor até quer fazer, mas por trabalhar em três, quatro, cinco escolas, ele não consegue, mas a questão da disposição dele de tempo, que muitas vezes não é porque ele não quer, mas é porque exatamente aquela correria do tempo que é difícil... é isso que atrapalha na questão da construção, porque a maioria tem que ser construído, até por uma educação mais lúdica, porque a música, ela não adianta você ficar só no teórico; o teórico, ele é importante, mas o lúdico também é essencial, então como vamos construir essa parte pedagógica musical “pra” fugir um pouco

dos livros, da teoria? Então acho que isso que quebra um pouco, essa questão da falta de tempo, da correria, entendeu?” **(Prof. III)**

É interessante ressaltar que o professor III menciona a falta de tempo como dificuldade para o desenvolvimento da Educação Musical, mencionando também a importância do lúdico estar presente dentro de tal forma de educação, sendo assim, a ausência do tempo para desenvolver tais atividades de uma forma que fuja do tradicional é uma das dificuldades relatadas. Outra mencionada é a ausência de espaço/ambiente apropriado para trabalhos que envolvam música, assim como a ausência de instrumentos musicais que auxiliem em tais trabalhos.

“Sim, já encontrei algumas dificuldades, sim. Uma delas, às vezes, é até a questão do espaço, até também muitas vezes o instrumento, né? Às vezes falta um instrumento, porque as vezes você “tá” com uma sala de 20 alunos e você tem apenas 5, 6 instrumentos, então isso dificulta você desenvolver o trabalho[...]. Eu acho que o espaço é uma das maiores dificuldades. A gente precisa, “pra” desenvolver esses trabalhos musicais, precisa de um espaço adequado” **(Prof. I)**

Não só quanto aos alunos possuírem um espaço físico para trabalhar a música, mas sim em como as atividades musicais podem ser consideradas como atrapalho para as demais aulas é também um fator mencionado pelo professor I.

“É barulho com instrumento de percussão, né? Com os instrumentos de corda, com os instrumentos de sopro, e quando você leva isso “pra” dentro de uma escola, onde tem toda uma atividade, às vezes, normalmente, pode atrapalhar as aulas a serem desenvolvidas[...] Dentro da escola você tem que ter muito limite “pra” não atrapalhar o pedagógico” **(Prof. I)**

O “barulho” que as aulas de música proporcionam pode, também, segundo o professor I, atrapalhar as demais salas de aula, já que os alunos estão em outros momentos de aprendizagem que não o musical.

É interessante observarmos a utilização do termo “pedagógico” pelo professor I, mencionando que a Educação Musical pode atrapalhar o “pedagógico” da escola. É perceptível que sua apreensão do termo

“pedagógico” não se refere à, por exemplo, questões quanto a ensino e aprendizagem, mas sim a outras atividades dentro da escola que não a Educação Musical, como também atividades desenvolvidas dentro da sala de aula, como, por exemplo, avaliações escolares, geralmente controladas.

“[...]e se a gente pensar, e não tem como não pensar, tem as provas, né? Tem algumas situações que isso (educação musical) pode não se adequar[...]. As vezes gera essa dificuldade” (**Prof. I**)

O professor I relaciona o “barulho” das atividades musicais como algo que atrapalha o “pedagógico”, no caso, em outras atividades escolares, porém, é válido refletir acerca de tal termo, já que a Educação Musical também é uma forma de educação para ser desenvolvida na escola, possuindo também seu caráter pedagógico.

Ainda para o professor I, é preciso, também, além da infraestrutura e do espaço físico, que a gestão e os professores estejam de acordo, trabalhando em um conjunto para desenvolverem a Educação Musical da melhor maneira.

Pesquisadora: “Você acha que isso de desenvolver a educação musical dentro da escola depende, muito mais, talvez, da estrutura da escola do que do professor?” **Prof. I:** “Então... eu acredito que deve ser um conjunto[...]. Porque muitas vezes, também, o diretor até quer, mas começa a surgir reclamação dos professores: “ai, porque isso está com muito barulho, e tal, não tem outro espaço adequado?” [...] Eu vejo que as escolas não têm... que não tem o projeto da música lá dentro. Às vezes eles preferem pegar mais o esporte porque coloca lá na quadra, tal, mas já a parte da música[...] muitas vezes, não é aceito... não é aceito que isso seja desenvolvido”

Não só a ausência de espaço e infraestrutura considerados pelos professores, mas também a reação que pode provocar nos professores e demais funcionários pode ser uma dificuldade a ser levada em consideração, principalmente quando mencionado que, às vezes, o diretor se mostra interessado no desenvolvimento da Educação Musical, porém, dependendo da forma como o professor de Arte a realiza, pode atrapalhar ou incomodar os demais professores.

Outro aspecto que parece dificultar o trabalho em Educação Musical dentro das escolas é a não compreensão acerca de sua potencialidade e benefícios para os alunos, não só por parte da gestão escolar, mas também por parte dos pais, entendendo outras disciplinas e maneiras de se educar como mais importantes que a Educação Musical, assim, não acrescentando à tal forma de educação sua respectiva importância.

“Aí entra na questão política, né? Se você pegar o sistema, assim... “Pra” quê música? Se eu tenho o camarada que sabe ler e escrever, ele vai saber fazer conta, ele vai saber, ele “tá” ótimo “pro” mercado de trabalho, mas “pra” quê música? “Pra” que limpar o ouvido desses alunos, “pra” que ensinar educação musical “pra” esses alunos? [...] Se você for perguntar “pros” próprios pais dos alunos, “pros” próprios educadores, eles não têm essa visão de que “pra” que música dentro da escola?”. Eles não têm uma visão, asseles não têm música é importante[...]” (**Prof. III**)

Ainda outra dificuldade apresentada é, majoritariamente, a escassa formação dos professores para a Educação Musical.

“É que nem eu “tô” falando: na questão da formação... é a maior dificuldade, nossa formação, que em música é zero[...]” (**Prof. III**)
Prof. II: “Assim, eu não entendo muito sobre essa parte, né? (educação musical) [...]” **Pesquisadora:** “Talvez uma maior dificuldade seria não ter tanto domínio nessa área?” **Prof. II:** “É”

A formação dos professores de Arte é considerada uma das maiores dificuldades para desenvolver a Educação Musical na escola, já que os professores alegam não possuir domínio para desenvolver tal trabalho, o que dificulta a inserção da música dentro das escolas de forma pedagógica, ou, melhor, como Educação Musical, levando em conta também a ausência de infraestrutura, espaço e materiais que consideram necessários para o trabalho.

Considerações finais

Após a análise dos dados coletados, é possível observar que a música se faz, sim, presente dentro do ambiente escolar, porém, como forma de

entretenimento, através de festividades e outros eventos escolares e não especificamente como Educação Musical. Ao compreender as potencialidades da Educação Musical para o aluno, nos é perceptível que tal forma de se utilizar a música dentro do ambiente escolar acaba por ser rasa e superficial, o que pode ser causa, também, da precarização de tal ensino no ambiente escolar. É importante reconhecermos a importância da escola em todo o processo de formação do aluno, assim como em seu desenvolvimento.

A escola, como espaço de construção e reconstrução do conhecimento, pode surgir como possibilidade de realizar um ensino de música que esteja ao alcance de todos. A ousadia ficaria por conta de tentativas de democratizar o acesso à arte, de se projetar nesta tarefa de renovação, reconstrução e, mais ainda, de apoiar as atividades pedagógicas musicais, considerando-as qualitativamente significativas. (LOUREIRO, 2003, p. 110)

Como afirmam os professores entrevistados, o ensino da música pode ser, sim, considerado precarizado nas instituições escolares, dentre os motivos: o sistema escolar e a formação do professor. Poderíamos atribuir a tal fato, no caso, a precarização do ensino da música, à ausência de infraestrutura adequada mencionada pelos professores, como, por exemplo, a ausência de espaço e materiais específicos e pedagógicos para Educação Musical, além também da falta de tempo do professor para elaborar e pensar em aulas que utilizem da música, tentando utilizar os poucos recursos que possui.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 6. ed. rev. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 28 MAR. 2025.

LOUREIRO, A. M. A. A. O ensino da música na escola fundamental: dilemas e perspectivas. **Educação**, [S.l.], v. 28, n. 01, p. 101-112, 2003.

O ensino da música na escola fundamental: um estudo exploratório. 2001. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MEIRELLES, A.; STOLTZ, T.; LÜDERS, V. Da psicologia cognitiva à cognição musical: um olhar necessário para a educação musical. **Música em Perspectiva**, Curitiba, v. 7, n.1, p. 110-128, jun. 2014.

NETO, J. J. S. et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

ZAMPRONHA, M. de L. S. **Da música: seus usos e recursos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 173 p.

**- Acolhimento e adaptação das crianças na Educação Infantil (Thauany
Lemos Neves; Roseli Lemos Neves)**

Acolhimento e adaptação das crianças na Educação Infantil

Thauany Lemos Neves

Roseli Lemos Neves

DOI: 10.5281/zenodo.15694114

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a dificuldade da maioria das crianças em lidar com a adaptação no ambiente escolar e diante disto propor um projeto com métodos e estratégias para ajudar professores, profissionais da área da educação e também as famílias a lidar com essa fase de uma maneira acolhedora e atenciosa. Nesse contexto, propomos demonstrar que lidar com o processo de adaptação de maneira punitiva é prejudicial, sendo preferível adotar o diálogo com a criança, buscando compreender e atender às suas necessidades. Além disso, é fundamental ressaltar que, no ambiente escolar, todos os envolvidos devem atuar em colaboração, priorizando o bem estar e a segurança das crianças.

Palavras-Chave: Adaptação. Acolhimento. Criança. Escola. Professor e Educação Infantil.

Introdução

O projeto aqui apresentado que tem por tema “A adaptação das crianças na educação infantil, seu primeiro contato com a escola”, consisti em demonstrar como é essa primeira fase que todos nós passamos e que para alguns pode ser completamente tranquilo já para outros pode causar vários problemas.

Embasado em citações e relatos de diferentes filósofos importantes para a pedagogia, vem nos mostrando que a escola pode ser um ambiente tranquilo e acolhedor a depender de sua equipe de funcionários que colocando sempre

as crianças com maior importância saberá dar mais atenção a fase inicial de cada uma na escola.

A criança precisa sentir-se amparada e confortável, de modo a adaptar-se da melhor forma possível ao novo ambiente. De acordo com Andrade (2016, p. 18) “a maneira como as crianças são acolhidas na educação infantil pode ser algo marcante em toda sua vida”.

Podemos entender que esta fase de adaptação no ambiente escolar acaba por se tornar um momento difícil não só para criança, mas também para toda família, que acaba ficando preocupada de deixar o filho no ambiente escolar, ainda, mas quando a criança está chorando ou se recusa a ficar. Nesse momento se faz necessário a importância de um professor acolhedor e compreensivo para passar confiança a família e também ao aluno.

O processo de adaptação, na Educação Infantil, na maioria das vezes, é concebido pelos profissionais como um período de tempo e espaço determinados pela instituição, tendo como principal objetivo estimular os alunos a gostar da escola e querer ir para escola porque gosta do local dos colegas e professores.

Assim podemos notar um pouco dessa adaptação, nos relatos de Manzano e Pinto 2006:

Cada pequeno detalhe do processo de entrada em um espaço social por excelência, certamente, é uma experiência constitutiva do processo de formação do sujeito. Trata-se de uma espécie de transmissão que está posta em questão, a transmissão do que há de humano, de cultural e social disponível no mundo ao qual a criança acaba de adentrar. (MANZANO; PINTO, 2006, p.9).

A criança precisa se sentir bem acolhida e olhar o ambiente a sua volta como algo seguro e divertido, isso inclui preparar também a sala de aula com uma decoração e organização harmoniosa, exemplificaremos assim vários os fatores que ajudam na adaptação da criança na escola.

A criança precisa se adaptar a rotina da escola, aos horários, atividades que são feitas para assim aos poucos entender o motivo de estar ali e se organizar em seu espaço tempo, cada criança tem o seu tempo e o seu ritmo de

adaptação por isso é importante observar cada um particularmente principalmente na fase de bebês que ainda não desenvolveram a fala eles precisam a todo tempo de nosso olhar e atenção. Neste projeto apresentaremos as situações problemas que uma má adaptação provoca na vida dos alunos e também os meios como devemos lidar com ele e com essa fase da melhor maneira possível.

Tema

O tema escolhido para este projeto de ensino foi o acolhimento e adaptação das crianças na educação infantil, tendo em vista que as crianças nesta fase precisam de maior atenção e cuidados pois é uma etapa muito importante do ensino infantil que contribui para todas as outras fases do desenvolvimento das crianças. Deste modo se o acolhimento for bem planejado e organizado, receber e acolher bem os alunos constituirá-se como um fator responsável por amenizar o sofrimento e o estresse vivido durante o processo de adaptação e torná-lo mais tranquilo.

Enquanto algumas crianças podem perceber a escola como um lugar divertido e seguro, estabelecendo rapidamente o vínculo afetivo com professor e colegas. Outras podem enxergar a separação da família como um momento de muita angústia e sofrimento, fazendo da adaptação uma barreira entre o aluno e a escola.

Cabe assim ao professor acolher de maneira cuidadosa cada aluno promovendo a adaptação de uma forma natural e divertida, o objetivo do professor e profissionais deve sempre prezar por estabelecer um vínculo afetivo com a criança mostrando para elas que a escola é um lugar bom e que todas as crianças precisam permanecer nela.

Foi escolhido esse tema pois me identifico com ele e vejo que a fase de adaptação deve ser olhada com mais preparação pelos profissionais por isso a importância de um projeto que trabalhe isso desde antes de os alunos ingressarem na escola.

Justificativa

Este projeto se torna muito importante para vida de cada criança, pois por meio dele é possível evitar traumas e a resistência em permanecer na escola, para que a adaptação possa acontecer mais rapidamente é necessário que os funcionários da instituição preparem a escola para receber os alunos que irão à escola pela primeira vez, sendo um local novo e totalmente desconhecido onde os alunos, terão que desligar de sua família e ficar com pessoas estranhas, muitos alunos não aceitará esse novo ambiente. Por isso é necessário um trabalho especial com esse aluno para que ele possa ver que na escola é um lugar bom e com vários coleguinhas e os professores irão fazer o papel dos pais trazendo para criança carinho, atenção e segurança através de gestos e ações concretas.

Oliveira (2002, p.47) destaca a importância da adaptação do aluno na educação infantil. “As crianças mais pequenas têm a necessidade de maior zelo, bem como carinho e segurança, além de todos os cuidados básicos necessários a seu amplo desenvolvimento. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem atividades voltadas simultaneamente para o cuidar e educar”

Deste modo o cuidar e educar devem estar sempre juntos tanto no início como em todo ano letivo, os professores devem incentivar a amizade em sala de aula e também se tornar amigo de seus alunos evitando assim conflitos com as crianças e familiares, é importante sempre manter o dialogo com os pais e familiares pedindo que os mesmo também conversem com seus filhos em casa sobre a escola e como será esta nova rotina.

Sendo assim desenvolveremos um projeto que ajudará durante todo o ano escolar, pois a criança que se sente bem na escola terá um bom rendimento e desenvolvimento é fundamental se sentir confortável no local em que estamos e para as crianças isso é mais importante ainda principalmente para os bebes, com o projeto as famílias também poderão ver o cuidado da

escola com seus filhos nesta fase e irão colaborar mutualmente para que seus filhos passem por essa fase da melhor forma possível.

Participantes

Este projeto se destina principalmente e diretamente aos alunos que estão em fase de adaptação escolar na fase da educação infantil abrangendo na maioria das vezes os bebês que estão na fase de “creche I e creche II” pois são as turmas em que encontramos mais dificuldade com a adaptação como choros e resistência em ficar na escola.

A proposta na fase de preparação também se destina a professores, cuidadores, gestão e demais profissionais da escola, incluindo todos que estão ali diariamente e devem zelar pelo cuidado das crianças.

Posteriormente o plano se designa também envolve pais e familiares que ajudaram com seus filhos em casa por meio de conversas e diálogos de incentivo sobre a escola.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

Mostrar a importância de que toda criança precisa se sentir segura e acolhida em sala de aula, garantindo assim a sua permanência na escola com vontade e alegria, e dessa maneira eles consigam se adaptar aquele ambiente sem que se sofra nenhum trauma de infância.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Organizar a escola de maneira simples e acolhedora para que as crianças se sintam encantados e queiram permanecer no ambiente escolar.

Incentivar os professores sempre a fazerem brincadeiras e incluir todos para que se sintam importantes na escola.

Mostrar a importância da equipe gestora conversar com os colaboradores da escola para que todos fiquem atentos no momento de adaptação das crianças cuidando e zelando pelo bem estar e segurança de todas.

Problematização

A problemática apresentada neste projeto conta com pesquisas aprofundadas sobre a educação infantil e consiste em priorizar a importância da adaptação desde a creche até os anos iniciais no ensino fundamental.

No primeiro contato com a escola que acontece normalmente na creche 1, quando os bebês chegam, muitas vezes chorando, a forma de abordagem da professora é crucial neste momento, pois caso o profissional não saiba lidar com essa situação pode ser difícil tanto para as crianças quanto para o professor e também os pais.

Uma primeira impressão ruim da escola pode acarretar problemas para as próximas fases do desenvolvimento como: insegurança, medo, resistência da criança em ir para a escola e assim não ocorre o aproveitamento do aprendizado.

Os motivos que muitas crianças não aceitam ficar na escola de início envolvem basicamente os sentimentos e reações que surgem no momento da entrada na escola, tais como medo, a preocupação e a insegurança de deixarem sua família pois eles não têm noção que vão ficar na escola por um período e depois voltam com sua família.

Oliveira (2002, p.47) destaca a importância da adaptação do aluno na educação infantil. “As crianças mais pequenas tem a necessidade de maior zelo, bem como carinho e segurança, além de todos os cuidados básicos

necessários a seu amplo desenvolvimento. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem atividades voltadas simultaneamente para o cuidar e o educar”

Trabalhando essa problemática iremos mostrar meios e estratégias que podem evitar esses traumas e complicações na fase inicial da criança da escola para trabalhar a adaptação com alunos na educação é necessária uma nova maneira de conquistar sua confiança, para que assim possa sentir segurança nos professores.

Referencial teórico

Iniciando sua jornada escolar

Ao iniciar a jornada escolar devemos incentivar nossas crianças a irem a escola, mostrar pra elas que a escola e um ambiente legal seguro e que todas as crianças precisam e devem estudar, quanto mais conversamos com nossas crianças despertamos neles um interesse por aquele ambiente, o objetivo na educação infantil deve ser despertar nos alunos o gosto pelas aulas e conforme o passar do tempo mostrar a eles a importância do estudo para seu futuro, como, oque eles querem ser quando crescer, qual profissão querem seguir o que admiram nos adultos, e assim ir despertando neles o interesse e o prazer de estar na escola.

O correto é mostrar para as crianças que não vamos tornar todas iguais e sim respeitar e valorizar as diferenças que trazem consigo mostrando para ela a importância de cada um pois a inclusão é a oportunidade de ter o olhar respeitoso e amoroso na sociedade, a beleza da humanidade está em sua diversidade incluir e criar espaço seguro para que as crianças se sintam amadas e acolhidas.

Também devemos aqui citar a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula que visa garantir de modo igualitário e dentro de um mesmo contexto escolar a permanência dessas crianças na

escola, podendo usufruir das mesmas experiências e condições de aprendizagem dos demais alunos. Todas crianças devem brincar e aprender juntas para que se desenvolvam em um papel importante na sociedade, saber dividir, respeitar a vez do coleguinha, saber ouvir a professora, é na primeira infância que as crenças se desenvolvem também devemos entender que a verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação.

Enquanto algumas crianças podem perceber a escola como um lugar divertido e seguro, estabelecendo rapidamente o vínculo afetivo com professor e colegas. Outras podem enxergar a separação da família como um momento de muita angústia e sofrimento, fazendo da adaptação uma barreira entre o aluno e a escola

Oliveira (2002, p.47) destaca a importância da adaptação do aluno na educação infantil:

“As crianças mais pequenas têm a necessidade de maior zelo, bem como carinho e segurança, além de todos os cuidados básicos necessários a seu amplo desenvolvimento. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem atividades voltadas simultaneamente para o cuidar e educar”.

Sendo assim o cuidar e o educar deve andar de mãos dadas em uma escola, pois como aborda a BNCC eles são termos indissociáveis para o aprendizado de uma criança, a criança precisa se sentir segura e acolhida para assim ter o interesse de aprender coisas novas todos os dias, pois é claramente notável que após a fase da adaptação o desenvolvimento da criança dá grandes saltos, sendo assim quanto mais tempo demorarmos na adaptação mais tempo essa criança se sentirá insegura em aprender acarretando um atraso de aprendizagem comparado aos demais que passam rapidamente por essa fase.

Assim destaca o Referencial Curricular Nacional:

No primeiro dia da criança na instituição, a atenção do professor deve estar voltada para ela de maneira especial. Este dia deve ser muito bem planejado para que a criança possa ser bem acolhida. É

recomendável receber poucas crianças por vez para que se possa atendê-las de forma individualizada. Com os bebês muito pequenos, o principal cuidado será preparar o seu lugar no ambiente, o seu berço, identificá-lo com o nome, providenciar os alimentos que irá receber, e principalmente tranquilizar os pais. A permanência na instituição de alguns objetos de transição, como a chupeta, a fralda que ele usa para cheirar, um mordedor, ou mesmo o bico da mamadeira a que ele está acostumado, ajudará neste processo. (RCNEIS, Vol.2, 1998, p.79)

É muito importante tranquilizar não somente as crianças mas também os pais, pois no processo de adaptação é importante que todos que tem contato com a criança colaborem a incentivando a ir todos os dias, conversando com a criança em casa e explicando várias vezes a importância da escola e que depois de deixar os filhos lá eles retornaram para buscar, muitas crianças se sentem mais confiante ao ouvir por exemplo a mãe explicando que na escola será somente um período e logo ela voltara para casa.

PAPEL DO PROFESSOR NA ADAPTAÇÃO ESCOLAR:

Aqui devemos também priorizar o papel do professor na educação infantil pois sabemos que é um trabalho com grandes responsabilidades em especial na educação infantil onde a prática pedagógica deve se voltar ao cuidado e carinho, pensando no desenvolvimento, sensações e emoções que serão capazes absorver e devolver ao seu entorno e assim o trabalho com a adaptação não é diferente, os professores devem tratar seus alunos com respeito e harmonia para que os mesmos possam adaptar ao novo ambiente.

O professor deve proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para que assim, os alunos possam se adaptar ao novo meio, permitindo-se fazer novas aprendizagens e descobertas que contribuam para o seu pleno desenvolvimento físico, emocional e social. Permitindo uma nova vida em meio à sociedade, fazendo amizades, participando das rodas de conversas, isso é uma adaptação segura.

Como nos relata Cai ruga; Castro e Costa:

As crianças desta fase estão se constituindo subjetivamente e possuem formas específicas de se apropriar do mundo e da realidade que as cerca. São ávidas exploradoras e inicialmente fazem isso através da ação física, sugando, tocando, apertando, cheirando, mordendo, engatinhando e experimentando diferentes sensações. (CAIRUGA; CASTRO; COSTA, 2014, p. 10)

Para uma boa adaptação também deve se levar em conta a ação pedagógica professoras, pois pode ser considerada um dos fatores mais relevantes em termos de adaptação dos bebês e crianças à escolas. A qualidade dos cuidados depende em grande parte da habilidade das profissionais prestarem atenção em cada um e levarem em conta as reações individuais de cada criança, os professores também são grandes responsáveis em mostrar para as famílias de maneira harmoniosa e respeitosa o vínculo da crianças e escola a adaptação as regrinhas o horário escolar neste período é muito importante que os professores e familiares estejam sempre unidos para que juntos desenvolvam um trabalho bonito e seguro e agradável e acima de tudo respeitoso e educativo.

O professor por sua vez fica responsável de adotar medidas que motivem esses alunos a ficarem neste novo ambiente por meio de brincadeiras, jogos, histórias, atividades recreativas e um ambiente propício a estimular interesse, entusiasmo, prazer e conhecimento realizando a interação do aluno ao novo, onde ele será incluso no ambiente escolar. É papel dos professores fazer com que seus alunos aprendam a conviver na escola, gostar dos colegas, dos professores, da escola no geral, pois um aluno que não adapta a escola ele não consegue aprender e nem tão pouco aceita aquela situação. A adaptação é o ponto pé inicial da vida do aluno na escola, pois se trata de um mundo novo em sua vida.

Papel da família no processo de adaptação escolar

Sabemos que o papel da família é de grande importância na etapa de adaptação escolar da criança, pois desde o nascimento a criança

tem todo contato com os pais e algumas já se sentem inseguras apenas por sair de casa, imaginemos uma criança sendo separadas dos seus pais pela primeira vez, mesmo que por pouco tempo na escola a primeiro momento eles não irão entender qual propósito daquela situação e assim se inicia um grande trabalho onde deve haver mutua colaboração da família e escola para explicar todos os dias a criança e apresentar a sua nova rotina até que eles se sintam seguros no ambiente novo e aos poucos vão entendendo que a escola é apenas por um período e é um momento de aproveitar e não para ter medo. As crianças expressam suas dificuldades de adaptação de diversas maneiras.

De acordo com Rapoport e Piccinini (2001) o choro é um dos principais meios de expressão das crianças. A pouca interação com o ambiente e a agressividade também indicam, geralmente, desconforto da criança. Tais reações constituem formas de externalização de sentimentos pela criança diante da situação desagradável e da consequente separação da família.

É preciso manter a calma e a paciência nas primeiras semanas ao deixar a criança na escola o adulto deve lhe passar segurança mostrando que está tudo bem, é comum ver as mães chorando junto ao deixar o filho na escola pela 1ª primeira vez mas esse é um detalhe que é bom ser evitado para que a criança veja que está tudo bem, antes mesmo de começar a ir para a escola é importante os pais conversarem em casa incentiva-los a brincar e conversar com os coleguinhas, envolver a criança junto nos preparativos dos materiais escolares e também a roupa de usar durante a aula desta forma a criança se sente parte do que está acontecendo ajudando a se sentir cuidada e incluída.

Neste processo as famílias também precisam se adaptar, já que irão iniciar o compartilhamento dos cuidados e educação da criança com a escola, o que pode gerar muitos questionamentos e até mesmo conflitos. De acordo com Winnicott (1979) as professoras precisam utilizar de seu conhecimento para respaldar as mães e assegurá-las do bom atendimento aos seus filhos. Isto fará com que se sintam seguras para colaborar com a adaptação, transmitindo aos filhos segurança, coragem e afeto.

[...] a professora tem responsabilidade e oportunidade duplas. Tem a oportunidade de dar assistência à mãe na sua descoberta das próprias potencialidades maternas, e de assistir à criança para que supere os inevitáveis problemas psicológicos com que o ser humano em desenvolvimento se defronta. (WINNICOTT, 1979, p. 220)

A escola representa na vida da criança um complemento da ação familiar, assim como definido na Constituição Federal de 1988, no Art. 29 e dentro da própria teoria winnicottiana. Desta forma a adaptação envolve não apenas a criança, mas sua família, como já destacado. Isto porque, como já especifica o termo "complemento", a instituição não agirá sozinha e a família precisa se sentir à vontade na escola para colaborar. Por isso durante o período de adaptação é fundamental a escola demonstrar consideração sobre as inquietações dos familiares e da criança, fazendo um acolhimento por meio da escuta, saber ouvir a família e acalmá-la quando preciso, normalmente as famílias tem muitas perguntas sobre o funcionamento da escola e professores é importante saber responder com carinho e claramente para que enquanto estão em casa as famílias fiquem tranquilas de deixar seu filho na escola, na hora de buscar é importante responder as dúvidas e contar aos pais como foi o dia e comportamento da criança.

Metodologia

A proposta do projeto “Acolhimento e Adaptação das Crianças na Educação Infantil” visa promover uma educação acolhedora mostrando assim para nossas crianças que a escola não é um local para se ter medo e sim para aprender e fazer amizades com isso o projeto cuidara dos detalhes para uma boa acolhida das crianças na escola priorizando o bem estar dos mesmos onde a meta é causar uma boa impressão das crianças pelo ambiente escolar.

A metodologia escolhida para este processo contará com a ludicidade a fim de promover algo divertido e interativo para as crianças onde elas possam usar a sua imaginação, e também a direção escolar estará orientando os

professores, dando ideias e informação para que possam lidar de forma correta essa fase de adaptação das crianças.

O projeto será realizado durante o primeiro bimestre do ano letivo visando que é a época de adaptação das crianças na escola, podendo ser retomado métodos do projeto durante o ano conforme as matrículas de novos alunos e necessidades da escola.

Antes de iniciar o ano letivo será feita com os professores e funcionários uma reunião para tratar somente deste projeto, na reunião os gestores irão fazer uma palestra explicando com demonstrações em slides a proposta para aquele primeiro bimestre.

O primeiro meio a ser apresentado para um bom acolhimento das crianças na escola é a preparação do ambiente da escola começando desde o portão principal até a sala de aula onde devem usar uma decoração acolhedora para as crianças com por exemplo, balões coloridos, cartazes de boas-vindas, lembrancinhas e painéis para fotos.

Outra questão importante nos primeiros dias de aula é a forma de abordagem das crianças pelos professores e funcionários é importante sempre receber com um sorriso no rosto, um abraço, um carinho, sempre demonstrando afeto e simpatia, os professores também podem usar de roupas atrativas, coloridas e divertidas durante a primeira semana de forma a despertar a atenção dos bebês que normalmente chegam chorando em seus primeiros dias.

Ao chegar na sala de aula os professores e cuidadores devem preparar brinquedos ou jogos divertidos, para receber as crianças como peças de encaixe, blocos, ou massinha de modelar enfatizando o lúdico que ajuda a acalmar nesta fase, pois quando estão brincando as crianças se sentem a vontade e aos poucos vão perdendo a insegurança de estar longe de casa.

Após os primeiros 15 dias a maioria dos bebês já estão adaptados com a escola, mas sempre ainda tem algum que chora um dia ou outro para vir a escola para isso teremos outra proposta que contará com ajuda dos coleguinhas de sala para ajudar o mesmo a se sentir bem.

É muito importante manter a família das crianças como aliada neste processo, a direção escolar sempre vai orientar os professores a manter a conversa e o diálogo todos os dias, o professor de sala irá perguntar os hábitos e horários da criança para poder adaptar melhor a rotina deste na escola e também vai procurar sempre informar os pais como foi o dia do aluno na escola nunca deixando alguma informação importante de lado.

Para o 2º mês do ano letivo teremos uma proposta divertida para fazer as crianças gostar cada dia mais de ir à escola que será um mascote para a turma sendo algum bicho de pelúcia, este mascote servirá para que as crianças despertem o sentimento de cuidado e trabalho em grupo.

A cada dia um aluno irá levar a mascote para dormir em sua casa lá ele deverá cuidar do bichinho e dar carinho, assim mostraremos para criança a importância de se sentir bem em um ambiente diferente pois cada um terá a oportunidade de ajudar a mascote a se adaptar em suas casas.

Ao final do primeiro bimestre espera-se que todas as crianças já estejam adaptadas e fazendo amizades entre si, a proposta é sempre manter uma turma harmoniosa em que uns ajudam os outros.

Os professores regentes podem retomar métodos do projeto a cada vez que receber um aluno novo e também poderá manter o projeto da mascote por quantos tempo achar viável e necessário.

Sugestões de jogos e brincadeiras

Estatua: "Estátua" é uma brincadeira que exercita equilíbrio, atenção e paciência. Os participantes dançam ao som da música e, quando a música para, devem congelar na posição, desafiando a capacidade de permanecer imóvel.

Dragão: "Dragão" envolve crianças formando uma fila, imitando um dragão. A brincadeira destaca o espírito de equipe, coordenação e interação, enquanto a "cabeça" do dragão tenta pegar o "rabo".

Morto e vivo: "Morto e Vivo" desafia a concentração e equilíbrio. As crianças seguem comandos de "morto" e "vivo", eliminando aqueles que não conseguem seguir as instruções. O último em pé vence.

Circuito de obstáculos: O circuito de obstáculos oferece uma competição saudável, onde as crianças precisam completar um trajeto com obstáculos. A atividade aprimora a consciência corporal, lateralidade, coordenação, equilíbrio e agilidade.

Esconde-Esconde: Uma brincadeira clássica onde as crianças se escondem enquanto outra conta. Estratégia, pensamento lógico e observação são desenvolvidos, promovendo também a interação entre os participantes.

Brincadeiras musicais: Brincadeiras com instrumentos musicais são essenciais para o desenvolvimento da coordenação motora da criança além de apresentá-la novos sons e formatos.

Acertar a Bola: Uma boa estratégia para preparar a criança para os primeiros passinhos e estimular a coordenação motora do pequeno é colocar uma bola em sua frente e pedir para que ele a chute acidentalmente quando andarem.

Caixas temáticas: A atividade visa usar caixas decoradas com temas interessantes para as crianças, ela é muito divertida principalmente para os bebês pois estimula sua curiosidade as crianças adoram encaixar brinquedos ou tirar e colocar objetos da caixa.

O professor também pode pesquisar e incrementar novos jogos e brincadeiras a partir da observação das características e desenvolvimento dos alunos de sua turma.

Cronograma

Este projeto é proposto para ser realizado durante o primeiro bimestre do ano letivo com crianças de 1 à 3 anos. As atividades propostas foram elaboradas pensando no dever dos professores de despertar nas crianças o

sentimento de acolhida e bem estar na sala de aula, superando a fase de adaptação de maneira acolhedora e divertida.

Atividades	1º Quinzena	2º Quinzena	3º Quinzena	4º Quinzena
Reunião explicativa	X			
Preparação ambiente escolar com decorações.	x			
Brinquedos e jogos crianças	x	x		
Incentivar os colegas de sala a acolher crianças que ainda não se adaptaram		x		
Manter o dialogo com a família durante toda adaptação	x	x		
Mascote da turma			x	x

Recursos

Determinados recursos materiais como: Peças de encaixe, blocos de madeira, massinha, cartazes, TNT, fantasias, fantoches, animais de pelúcia, lápis de cor, papel sulfite, tinta guache, giz de cera, cartolina, data show, pen drive, televisão, brinquedos.

Determinados recursos humanos como: Mimica, entonação de voz, movimentos corporais, atuação, danças, diálogo, abraço.

Avaliação

A avaliação se dará por meio da observação direta dos alunos englobando toda a escola nesse processo de desenvolvimento, a fim de verificar como esta o andamento da adaptação das crianças, relatar sempre os avanços que o projeto tem feito nessa etapa do período escolar, e também sempre tomando as medidas para melhoria dos meios que não estejam dando certo aprimorando as atividades conforme os alunos se relacionam com o projeto.

Considerações finais

Conclui-se que este projeto ajudará a escola a acolher melhor seus alunos e a socializar com os pais e famílias visto que essa fase de adaptação é muito difícil para ambos e através deste projeto podemos interagir juntamente com as famílias que não sabem lidar com os filhos neste início do ingresso escolar e muitas vezes preferem deixar as crianças em casa adiando este processo cada vez mais.

O projeto evitará que a criança tenha uma primeira má impressão da escola fazendo assim com que não ocorra vários conflitos entre pais, professores, crianças e demais envolvidos nesse processo de adaptação escolar.

Diante deste plano será despertado nos alunos a vontade de vir para a escola e o gosto em permanecer nela, conclui-se assim que quando a própria criança toma a iniciativa de ir a escola, chama seus pais quando chega perto da hora por exemplo, pega sua mochila e vai animado para a escola isso ajuda não somente na questão afetiva, mas em todo seu rendimento escolar evitando possíveis traumas e atrasos escolares futuramente.

A inspiração deste projeto veio de uma experiência própria visto que na minha infância sofri muito com a adaptação escolar e não tive uma boa experiência com a escola pois era uma época que não tinha a atenção que as crianças precisam pois era uma sala multiseriada com vários conteúdos e apenas uma professora para administrá-los, isso acarretou em vários problemas futuros que passei na escola e hoje em dia olho com um olhar muito importante para essa fase do ensino pois é o início de tudo e se o início ocorrer bem todo o resto do processo também ocorrerá por isso cabe a nós professores zelar pelo bem estar daqueles que muitas vezes não sabem lidar com seus próprios sentimentos e passar para as nossas crianças a confiança que elas precisam.

Referências

SILVA, Maria Dalva Dutra; ALVES, Vanusa Sales Lima; BONFIM, Rosa Jussara: **O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO NA**

EDUCAÇÃO INFANTIL: Um artigo original. Anais do 3º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma. 2020;

EDUCAÇÃO, Escola. **Confira 11 brincadeiras pensadas para turmas de creche e pré-escola.** Disponível em:

<https://escolaeducacao.com.br/brincadeiras-pensadas-para-turmas-de-creche-e-pre-escola/>. Acesso em: 20 jul.2024.

MEDEIROS, Cayo. **Brincadeiras para berçário: 30 opções e como fazer.**

Disponível em: <https://otomodospais.com.br/blog/30-brincadeiras-para-bercario/>.

Acesso em 25 jul.2024.

CORRÊA, Biébele Abreu; MOTA, Edimilson Antônio. **O processo de adaptação da criança na Educação Infantil: a importância do acolhimento.**

Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 12, 5 de abril de 2022.

SESTARE, Paula. **Para além da adaptação o que é acolhimento na educação infantil.** Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/20928/para-alem-da-adaptacao-o-que-e-acolhimento-na-educacao-infantil>. Acesso em 01 Ago. 2024.

OQUE É A BNCC?.14 de jul. de 2020. Disponível em:

<https://fundacaolemann.org.br/noticias/o-que-e-a-bncc?>. Acesso em 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2005.

MAHONEY, Abigail Alvarenga **Emoção e ação pedagógica na infância: contribuições da psicologia humanista.** São Paulo. Temas e Psicologia. N°3. 1993.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. **Interações afetivas na família e na pré-escola. Estudos de Psicologia:** 2005, 10(1), p.131-138.

RAPOPORT, Andrea e PICCININI, César A. **Concepções de educadoras sobre a adaptação de bebês à creche. Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Jan-abr 2001. Vol.17. n1 pp. 69-78.

TOGNETTA, Luciene Regina P. e ASSIS, Orly Zucatto M. **A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 49-66, jan./abr. 2006.

MARQUES, Yuri. **As 15 melhores brincadeiras para educação infantil.** Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/brincadeiras-para-educacao-infantil>. Acesso em 10 set. 2024.

- Aplicações educacionais da ABA no contexto do Transtorno do Espectro Autista (Andréa Bezerra Ferreira; Antonio Carlos de Lima Oliveira; Ladyanne Peasion Gomes Sereparan; Lígia Mara Ormond Pereira; Maria José Nunes Mota)

Aplicações educacionais da ABA no contexto do Transtorno do Espectro Autista

Andréa Bezerra Ferreira

Antonio Carlos de Lima Oliveira

Ladyanne Peasion Gomes Sereparan

Lígia Mara Ormond Pereira

Maria José Nunes Mota

DOI: 10.5281/zenodo.15632806

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios na comunicação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014). Estima-se que, no Brasil, aproximadamente uma em cada 36 crianças esteja dentro do espectro, o que torna essencial a proposição de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes no ambiente escolar (SOUZA et al., 2024).

A inclusão escolar de estudantes com autismo é um direito garantido por legislações nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que afirma a obrigatoriedade de oferta de atendimento educacional especializado e de adaptações razoáveis para garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem. No entanto, a simples inserção física desses alunos em salas de aula regulares não assegura o desenvolvimento efetivo de suas potencialidades, exigindo intervenções fundamentadas em evidências científicas.

Dentre as abordagens baseadas em evidências, destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis - ABA), definida como:

... a ciência na qual os procedimentos derivados dos princípios do comportamento são sistematicamente aplicados para melhorar comportamentos socialmente significativos (COOPER; HERON; HEWARD, 2007, p. 20, tradução nossa).

A ABA vem sendo amplamente estudada e implementada em contextos clínicos e educacionais, demonstrando eficiência na aquisição de habilidades cognitivas, sociais, comunicacionais e adaptativas por indivíduos com TEA (SILVA, 2017; DIAS et al., 2023; ALMEIDA; SILVA, 2023).

Este artigo justifica-se pela necessidade de aprofundar a discussão acerca do uso da ABA como ferramenta pedagógica no contexto educacional brasileiro, especialmente frente às demandas por uma educação inclusiva de qualidade. Com base em uma revisão de literatura recente, busca-se analisar criticamente as contribuições da ABA para o desenvolvimento integral de crianças com autismo inseridas no ambiente escolar.

O objetivo central deste trabalho é analisar e discutir as principais contribuições da ABA para o desenvolvimento educacional de crianças com TEA, considerando aspectos acadêmicos, sociais, comunicacionais e comportamentais. Além disso, serão discutidos os desafios éticos e metodológicos associados à implementação da ABA nas escolas.

Esta seção aprofunda a discussão sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional e detalha os fundamentos e as aplicações da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como abordagem interventiva, culminando na análise de suas contribuições e desafios.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado, conforme manuais diagnósticos como o DSM-5 e a CID-11, por déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014; WHO, 2019). É fundamental reconhecer a heterogeneidade inerente ao espectro, o que implica uma vasta gama de manifestações e, conseqüentemente, necessidades educacionais diversificadas. Cada indivíduo no espectro apresenta um perfil único de habilidades e desafios, demandando um olhar individualizado no planejamento pedagógico.

No ambiente escolar, crianças com TEA frequentemente enfrentam desafios significativos que podem impactar seu processo de aprendizagem e inclusão. Dificuldades na adaptação a novas rotinas e ambientes, desafios na socialização e interação com pares e professores, barreiras na comunicação verbal e não verbal, especificidades no processo de aprendizagem acadêmica e a manifestação de comportamentos desafiadores (como estereotípias, interesses fixos intensos ou dificuldades sensoriais) são aspectos comuns que requerem atenção e estratégias específicas (DA ROSA HOFZMANN et al., 2019).

A escola inclusiva desempenha um papel crucial ao acolher esses estudantes, buscando garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a participação efetiva. A legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ampara o direito à educação de qualidade para todos, incluindo alunos com TEA, preconizando a oferta de recursos e suportes necessários (BRASIL, 2015). Nesse cenário, a busca por práticas pedagógicas baseadas em evidências torna-se essencial para promover o desenvolvimento integral desses alunos.

A Análise do Comportamento Aplicada, conhecida pela sigla ABA (do inglês, Applied Behavior Analysis), é definida como uma ciência aplicada que deriva dos princípios do Behaviorismo Radical, notadamente dos estudos de B.F. Skinner sobre o comportamento operante (COOPER; HERON; HEWARD, 2007). Seu foco reside na aplicação sistemática de princípios comportamentais para a melhoria de comportamentos socialmente relevantes.

Os princípios básicos que norteiam a ABA incluem o conceito de comportamento operante (aquele que produz consequências e é afetado por elas), o reforçamento (processo pelo qual uma consequência aumenta a probabilidade futura de um comportamento ocorrer, podendo ser positivo – adição de um estímulo – ou negativo – remoção de um estímulo aversivo), a punição (processo que diminui a probabilidade futura de um comportamento, cujo uso na ABA contemporânea é restrito e cercado de considerações éticas), a extinção (suspensão do reforço que mantinha um comportamento) e o

controle de estímulos (influência que os estímulos antecedentes exercem sobre o comportamento) (COOPER; HERON; HEWARD, 2007).

A prática em ABA confere grande ênfase à observação direta e à mensuração objetiva dos comportamentos-alvo, bem como à análise funcional do comportamento. A análise funcional busca identificar as relações entre os antecedentes, o comportamento em si e suas consequências, a fim de compreender a função que determinado comportamento exerce para o indivíduo no seu ambiente. Essa compreensão é crucial, pois a intervenção eficaz depende da identificação correta da função do comportamento. A coleta sistemática de dados é outro pilar da ABA, permitindo monitorar o progresso do indivíduo e orientar a tomada de decisões clínicas e educacionais de forma contínua e informada (ROSENWASSER; AXELROD, 2001).

A ABA oferece um repertório vasto de estratégias e técnicas que podem ser adaptadas e implementadas no contexto educacional para apoiar o desenvolvimento de crianças com TEA. Dentre as mais conhecidas, destaca-se o Ensino por Tentativas Discretas (DTT - Discrete Trial Training). Essa estratégia estrutura o ensino em unidades pequenas e claras (antecedente → resposta → consequência), sendo frequentemente utilizada para o ensino de habilidades acadêmicas básicas, linguagem receptiva e expressiva, e imitação (DIAS et al., 2023).

Em contrapartida, o Ensino em Ambiente Natural (NET - Natural Environment Teaching) e abordagens como o Treinamento em Resposta Pivotal (PRT - Pivotal Response Training) focam na incorporação do ensino às rotinas e atividades naturais da criança, utilizando sua motivação intrínseca e promovendo a generalização das habilidades aprendidas para diferentes contextos e pessoas (SOUZA et al., 2024).

O uso de Suportes Visuais é outra ferramenta poderosa da ABA, auxiliando na compreensão de rotinas, na antecipação de eventos e na comunicação. Agendas visuais, quadros de rotina, cartões de comunicação (como os utilizados no sistema PECS - Picture Exchange Communication System) e outras ajudas visuais podem reduzir a ansiedade e aumentar a

independência e a participação do aluno nas atividades escolares (BRITES; BRITES, 2019).

Para lidar com comportamentos desafiadores, a ABA preconiza a realização da Análise Funcional do Comportamento (FBA - Functional Behavior Assessment) para identificar a função subjacente ao comportamento. Com base nessa análise, elabora-se um Plano de Intervenção Comportamental (BIP - Behavior Intervention Plan), que inclui estratégias proativas e reativas, sempre com foco no ensino de comportamentos mais adaptativos (RIBEIRO, 2021).

O ensino de Habilidades Sociais e de Comunicação é central, utilizando técnicas como modelagem, role-playing, vídeo-modelagem e reforçamento diferencial de aproximações sucessivas. Por fim, estratégias explícitas para promover a Generalização (uso da habilidade em diferentes contextos) e a Manutenção (persistência da habilidade ao longo do tempo) são componentes essenciais de qualquer programa baseado em ABA, garantindo que as aprendizagens sejam funcionais e duradouras (ALMEIDA; SILVA, 2023).

Um corpo crescente de pesquisas tem demonstrado a eficácia das intervenções baseadas em ABA para promover avanços significativos no desenvolvimento educacional de crianças com TEA. Estudos apontam melhorias no desempenho acadêmico, incluindo progressos em habilidades fundamentais como leitura, escrita e matemática, através de estratégias de ensino estruturadas e individualizadas (DIAS et al., 2023).

No campo da comunicação, a ABA contribui para o desenvolvimento da linguagem funcional, tanto verbal quanto não verbal. Estratégias como o ensino de mando, tato e intraverbal são eficazes para ampliar o repertório comunicativo e reduzir frustrações associadas à dificuldade de se expressar (ALMEIDA; SILVA, 2023). O aumento da interação social e o desenvolvimento de habilidades de brincar também são resultados frequentemente observados, com intervenções focadas no ensino de iniciar e manter interações, seguir regras sociais e engajar-se em brincadeiras apropriadas com os pares (ROSA; SILVA, 2022).

A redução de comportamentos desafiadores é outra contribuição importante da ABA. Ao identificar a função desses comportamentos e ensinar habilidades alternativas mais adequadas para alcançar o mesmo objetivo, a frequência e a intensidade dos comportamentos inadequados tendem a diminuir (SOUZA et al., 2024).

Adicionalmente, a ABA promove a autonomia e a independência do aluno em rotinas escolares, como seguir instruções, organizar materiais, cuidar da higiene pessoal e participar de atividades de grupo. A facilitação do processo de adaptação e inclusão escolar também é um resultado relevante, como demonstrado por estudos que utilizaram estratégias comportamentais para aumentar a participação e interação de crianças autistas na pré-escola (MARTINS et al., 2023).

Apesar das evidências de eficácia, a implementação da ABA no contexto educacional requer atenção a diversas considerações importantes e enfrenta desafios significativos. Primeiramente, a qualidade da intervenção depende da presença de profissionais qualificados, com formação específica em Análise do Comportamento e com supervisão adequada (MIZAEL; RIDI, 2022).

A individualização do plano de intervenção é outro aspecto crucial. É essencial que a avaliação inicial seja abrangente e que o plano terapêutico e educacional seja desenhado especificamente para as necessidades de cada criança (ALMEIDA; SILVA, 2023). A colaboração entre terapeutas, equipe escolar e família é fundamental para garantir a consistência das estratégias e potencializar os resultados.

Questões éticas também permeiam a prática da ABA. O foco deve estar sempre no bem-estar da criança, no respeito à sua autonomia e dignidade. Críticas e debates atuais sobre a ABA, incluindo preocupações levantadas por autistas adultos, devem ser considerados na prática profissional (MIZAEL; RIDI, 2022).

No contexto brasileiro, desafios adicionais incluem o acesso limitado a serviços de ABA, custo elevado, carência de profissionais e necessidade de investimento na formação de educadores e terapeutas. Superar esses

obstáculos é essencial para que mais crianças com TEA possam se beneficiar das contribuições da ABA em seu percurso educacional.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) configura-se como uma das abordagens mais robustas e embasadas cientificamente para promover o desenvolvimento global de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional. Ao aliar rigor metodológico à sensibilidade às necessidades individuais, a ABA oferece estratégias que favorecem não apenas a aquisição de habilidades acadêmicas, comunicacionais e sociais, mas também a redução de comportamentos desafiadores, contribuindo para a construção de trajetórias escolares mais inclusivas e bem-sucedidas.

Conforme evidenciado ao longo deste trabalho, a efetividade da ABA está diretamente relacionada à aplicação sistemática e contextualizada de seus princípios, o que exige formação continuada de professores, supervisão técnica qualificada e articulação intersetorial entre educação, saúde e família. Embora os resultados empíricos apontem para ganhos significativos no desempenho e na participação de alunos com TEA, os desafios éticos, logísticos e estruturais persistem, especialmente em relação à equidade no acesso a essas intervenções em diferentes regiões do país.

Por último, torna-se urgente que políticas públicas priorizem a formação docente em práticas baseadas em evidências, promovam a ampliação do acesso à ABA no ambiente escolar e assegurem o suporte contínuo necessário para a implementação sustentável dessas estratégias. Somente com investimento estruturado e compromisso institucional será possível transformar a inclusão escolar de crianças com autismo de uma diretriz normativa em uma realidade concreta, justa e emancipadora.

Referências

ALMEIDA, A. B. de; SILVA, M. C. da. **A análise do comportamento aplicada (ABA) como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista.** Belém: ESMAC, 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5). 5th ed. Arlington, VA: **American Psychiatric Publishing**, 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes únicas**: Aprenda como descobrir, entender e estimular uma pessoa com autismo e desenvolva suas habilidades impulsionando seu potencial. São Paulo: Gente, 2019.

COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. **Applied behavior analysis**. 2. ed. Upper Saddle River: Pearson, 2007.

DA ROSA HOFZMANN, Rafaela et al. Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 46–50, 2019.

DIAS, R. I. R. et al. Uma análise da eficácia da ABA na melhoria das habilidades sociais e comportamentais em indivíduos no espectro autista. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 6, p. 2088–2103, 2023. Disponível em: <https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/818>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MARTINS, J. S. et al. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, e5014, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/RFv9XMsqs6YgVxB9RHGBjtz/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MIZAEL, T. M.; RIDI, C. C. F. Análise do comportamento aplicada ao autismo e atuação socialmente responsável no Brasil: Questões de gênero, idade, ética e protagonismo autista. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 13, n. 1, p. 1–15, 2022. Disponível em:

<https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/download/835/403/230>

3. Acesso em: 03 jun. 2025.

RIBEIRO, Camila. Estimulação precoce em crianças com TEA: principais benefícios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/estimulacao-precoce>. Acesso

em: 03 jun. 2025.

ROSENWASSER, Beth; AXELROD, Saul. The contributions of applied behavior analysis to the education of people with autism. **Behavior Modification**, v. 25, n. 5, p. 671–677, 2001.

ROSA, S. O. da; SILVA, M. A. da. Análise do comportamento aplicada (ABA) e sua contribuição para a inclusão de alunos com autismo graus II e III. **Cadernos da FUCAMP**, v. 21, n. 48, p. 1–17, 2022. Disponível em:

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2177/1774>

. Acesso em: 03 jun. 2025.

SILVA, Martony; MOURA, Igo; SOARES, André. Uso de tecnologias computacionais para o ensino de crianças com transtorno do espectro autista: Um mapeamento sistemático da literatura. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education**, 2017.

SOUZA, D. V. de et al. Análise do comportamento aplicada (ABA) no tratamento do transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão integrativa. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, e6436, 2024. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6436>.

Acesso em: 03 jun. 2025.

- Educação para o trânsito nas escolas: um caminho para a formação cidadã e a prevenção de acidentes (Ana Cristina Lourenço)

Educação para o trânsito nas escolas: um caminho para a formação cidadã e a prevenção de acidentes

Ana Cristina Lourenço

DOI: 10.5281/zenodo.15733614

Resumo

A educação para o trânsito é uma das estratégias mais eficazes para a construção de uma cultura de paz, responsabilidade e segurança nas vias públicas. Inserir essa temática no ambiente escolar desde as séries iniciais é fundamental para a formação de cidadãos conscientes, capazes de compreender seu papel social e os riscos associados ao comportamento no trânsito. Este artigo tem como objetivo discutir a importância da educação para o trânsito nas escolas, destacando seus impactos na formação cidadã e na prevenção de acidentes. Com base em uma revisão bibliográfica, o estudo analisa o papel da escola como espaço formador de atitudes e valores, considerando diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), do Plano Nacional de Educação no Trânsito (PNET) e de autores como Paulo Freire e Libâneo. A análise evidencia que a abordagem interdisciplinar da temática pode contribuir significativamente para a redução da violência no trânsito e para o fortalecimento da cidadania entre crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação para o trânsito; Cidadania; Prevenção de acidentes; Escola; Responsabilidade social.

Introdução

O trânsito faz parte da vida cotidiana de todos os cidadãos, independentemente de sua idade ou condição social. Ao mesmo tempo em que é um espaço de deslocamento e mobilidade, o trânsito também pode representar riscos à integridade física e à vida, especialmente quando há ausência de responsabilidade, empatia e conhecimento das leis. Nesse sentido, a educação para o trânsito emerge como uma ferramenta essencial

para a construção de um comportamento mais ético, consciente e seguro nas vias públicas.

Dados do **Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2022)** apontam que o Brasil continua registrando altos índices de acidentes de trânsito, muitos deles com vítimas fatais ou sequelas permanentes. A maioria desses acidentes decorre de falhas humanas, como desrespeito às normas de circulação, uso do celular ao volante, excesso de velocidade e falta de atenção. Frente a essa realidade, torna-se urgente investir em ações preventivas e educativas que vão além da fiscalização, e que tenham como base a formação cidadã.

Nesse contexto, a escola aparece como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores sociais, de consciência crítica e de práticas voltadas ao bem comum. Como defende **Paulo Freire (1996)**, a educação é uma prática de liberdade, que permite ao indivíduo compreender sua realidade e agir sobre ela. Assim, incluir a temática do trânsito nas práticas pedagógicas escolares pode ser um caminho eficaz para transformar a cultura do desrespeito em uma cultura de responsabilidade.

Justificativa

O elevado número de acidentes de trânsito no Brasil, muitos envolvendo crianças e adolescentes, evidencia a necessidade de um trabalho educativo eficaz, que vá além da aplicação das leis e promova uma mudança cultural. A escola, como espaço formador de valores e atitudes, pode e deve assumir um papel estratégico nesse processo. A **educação para o trânsito nas escolas** contribui diretamente para o desenvolvimento da consciência coletiva, do respeito ao próximo e da valorização da vida, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e segura. Conforme destaca o **Plano Nacional de Educação para o Trânsito (DENATRAN, 2020)**, a formação cidadã deve começar desde cedo, integrando saberes e práticas pedagógicas. Ao abordar o trânsito de forma interdisciplinar e contextualizada, o ambiente

escolar favorece a criação de cidadãos mais responsáveis, preparados para agir com ética nas vias públicas.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a importância da inserção da educação para o trânsito no contexto escolar como ferramenta de formação cidadã e prevenção de acidentes.

Objetivos Específicos

Refletir sobre o papel da escola na construção de comportamentos responsáveis no trânsito.

Identificar estratégias pedagógicas eficazes para o ensino de educação para o trânsito.

Relacionar a educação para o trânsito aos princípios da cidadania e do respeito à vida.

Apresentar dados sobre a realidade do trânsito no Brasil e a urgência de políticas educativas.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma **revisão bibliográfica qualitativa**, com base em artigos científicos, documentos legais, livros didáticos e produções acadêmicas que abordam a temática da educação para o trânsito, educação cidadã e segurança viária. As fontes foram selecionadas a partir de critérios como relevância, atualidade e adequação ao tema, utilizando-

se bases como **Google Scholar**, **SciELO**, **CAPES** e publicações oficiais do **DENATRAN** e **Ministério da Educação (MEC)**. O estudo fundamenta-se ainda em autores da área da educação como **Paulo Freire (1996)**, **Libâneo (2013)** e **Paro (2001)**, buscando refletir sobre o papel da escola na formação de cidadãos críticos e comprometidos com a vida em sociedade. A análise dos dados buscou evidenciar como a inclusão da temática do trânsito nas práticas pedagógicas pode contribuir para a transformação social e redução de comportamentos de risco.

Desenvolvimento

A discussão sobre a educação para o trânsito nas escolas encontra respaldo na **Lei nº 9.503/1997**, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em seu artigo 76: *"A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e de educação."*

Isso demonstra que a legislação reconhece a importância da educação no trânsito desde os primeiros anos escolares. Contudo, na prática, a aplicação efetiva dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, como a falta de formação dos professores, a ausência de material didático específico e a dificuldade de integração do tema ao currículo escolar.

Segundo **Freire (1996)**, a educação deve ser contextualizada e significativa, partindo da realidade dos alunos. Ao trabalhar o trânsito de forma crítica e integrada a disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e Educação Física, o professor contribui para o desenvolvimento da responsabilidade, empatia e respeito às normas sociais. **Libâneo (2013)** acrescenta que o papel da escola é preparar o aluno para o exercício pleno da cidadania, e isso inclui o comportamento no espaço público.

Além disso, o **DENATRAN (2020)** ressalta que ações educativas para o trânsito desenvolvidas nas escolas contribuem para a redução de acidentes,

sobretudo entre jovens, que são, segundo estatísticas, as principais vítimas do trânsito brasileiro.

Estratégias como rodas de conversa, uso de jogos educativos, simulações, atividades interativas e projetos interdisciplinares são eficazes para o ensino da educação para o trânsito. Essas práticas possibilitam que os alunos compreendam não apenas o funcionamento do trânsito, mas também os impactos das atitudes humanas sobre a vida coletiva.

Conclusão

A educação para o trânsito nas escolas configura-se como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes, éticos e comprometidos com a vida em sociedade. Ao integrar essa temática ao processo de ensino-aprendizagem, os educadores contribuem para a construção de uma cultura de paz, respeito às normas e valorização da vida. A escola, como espaço privilegiado de transformação social, tem o potencial de sensibilizar as novas gerações para os riscos do trânsito e para a importância da responsabilidade coletiva. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que haja investimento em formação docente, elaboração de materiais pedagógicos adequados e integração entre os órgãos de educação e trânsito. Assim, a educação deixa de ser apenas um instrumento de conhecimento e passa a ser um agente de mudança social, capaz de salvar vidas e construir um futuro mais seguro para todos.

Referências

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro (CTB)**. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura>

DENATRAN. **Plano Nacional de Educação para o Trânsito (PNET)**. Brasília: Departamento Nacional de Trânsito, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PARO, Vitor Henrique. *Educação, administração escolar e democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

- Estrutura e Funcionamento da Educação Básicas e a Pedagogia de projetos (Jenifer Halana de Melo Euzébio)

Estrutura e Funcionamento da Educação Básicas e a Pedagogia de projetos

Jenifer Halana de Melo Euzébio

DOI: 10.5281/zenodo.15685552

RESUMO

A Pedagogia de Projetos é uma abordagem metodológica que propõe a organização curricular a partir da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo o protagonismo discente e a mediação ativa do professor. Por meio da aprendizagem significativa, baseada na experiência, os estudantes desenvolvem competências cognitivas, sociais e emocionais de forma integrada. Essa metodologia favorece o envolvimento, a autonomia e a criticidade dos alunos, transformando o ambiente escolar em um espaço de investigação, diálogo e construção coletiva do saber. O presente trabalho discute os fundamentos e benefícios da Pedagogia de Projetos, além de apresentar experiências práticas e etapas estruturantes adotadas em instituições escolares, evidenciando seu potencial transformador para a educação contemporânea.

Palavras-chave: Pedagogia de Projetos. Ensino-aprendizagem. Protagonismo discente. Metodologia ativa. Educação integral.

Desenvolvimento

A pedagogia de projetos é uma forma de organização curricular em que os alunos são instigados a explorar a realidade, por meio das relações entre as áreas de conhecimento, portanto, entender o que é e como funciona essa metodologia é fundamental para compreender os conceitos de uma educação moderna e acompanhar o desenvolvimento do aluno e o trabalho da escola.

Na pedagogia de projetos os estudantes aprendem com base em sua própria experiência, aprende fazendo, aplica o que sabem e busca por novas informações ,agindo de forma ativa com a orientação e mediação do professor

o formato de um trabalho com projetos de pesquisa contribui de maneira afetiva na educação integral dos alunos, criando condições de desenvolvimento acadêmico, cognitivo e social, permitindo que o ambiente escolar se torne um espaço significativo de aprendizagem, sem perder de vista a realidade cultural de todos os envolvidos nesses projetos.

A pedagogia de projetos é uma forma dinâmica de organizar o trabalho, com objetivos e metas claras de construção do conhecimento e de desenvolvimento integral da criança, proporcionando situações significativas de exploração e criação. Trabalhar por projetos é levar em consideração o que as crianças questionam diariamente, o que pensam e de que modo constroem seus processos de aprendizagem e aprender de uma forma espontânea, de desperta o querer aprender nos alunos e deixar aprender por sua própria conta

O projeto substitui as tarefas de rotina, treino e repetição, criando um ambiente de investigação e solução de problemas. A equipe pedagógica define o objetivo do projeto e a relação desta com competências e habilidade a serem desenvolvidos, em várias disciplinas do currículo, para a série específica que está trabalhando.

Pedagogia de Projetos: o que é e como ela acontece na escola?

A Pedagogia de Projetos é uma forma de organização curricular em que os alunos são instigados a explorar a realidade, por meio das relações entre as áreas de conhecimentos. É, ainda, uma metodologia de ensino com o objetivo de educar por meio da experiência, transformando o aluno no protagonista do processo de ensino-aprendizagem enquanto o professor atua como um guia e mentor. Dessa forma, educadores e alunos compartilham indagações, hipóteses, estratégias de pesquisa e alternativas de solução. Assim, um colégio que tem como proposta pedagógica a Pedagogia de Projetos busca estimular um processo de ensino-aprendizagem significativo com a capacidade de engajar os estudantes e favorecer o desenvolvimento de habilidades necessárias para a formação integral.

Portanto, entender o que é e como funciona essa metodologia é fundamental para compreender os conceitos de uma educação moderna e acompanhar o desenvolvimento do aluno e o trabalho da escola.

Pedagogia de Projetos na prática

Na Pedagogia de Projetos os estudantes aprendem com base em sua própria experiência, agindo de forma ativa, com a orientação e mediação do professor.

Essa proposta funciona por meio da intencionalidade da atividade pedagógica e de práticas interdisciplinares. A equipe pedagógica define o objetivo do projeto e a relação desta com competências e habilidades a serem desenvolvidas, em várias disciplinas do currículo, para a série específica que está trabalhando.

Professores e alunos exploram os conhecimentos prévios sobre o assunto em pauta; o que desejam saber mais sobre o tema; quais formas os dados serão coletados; as informações colhidas são debatidas em grupo e analisadas sob o ponto de vista científico, para validá-las ou não; e definem como as conclusões serão apresentadas à comunidade escolar.

Além disso, ao longo desse processo de ensino-aprendizagem, os alunos realizam relatórios e debates, levantando hipóteses, desafiando a curiosidade, estimulados a fazerem críticas e trazerem soluções, participando de forma sempre ativa na produção de conhecimento. Sendo assim, quando a escola utiliza a Pedagogia de Projetos, além de garantir um processo de ensino-aprendizagem eficiente, é possível formar pessoas autônomas, críticas e participativas.

Agora que você já sabe como funciona a Pedagogia de Projetos na prática, entenda por que essa metodologia de ensino favorece o desenvolvimento do aluno e por que o Colégio CEI adotou esse modelo na sua proposta pedagógica.

Quais os benefícios dessa metodologia de ensino?

O formato de um trabalho com projetos de pesquisa contribui de maneira efetiva na educação integral do aluno, criando condições de desenvolvimento acadêmico, cognitivo e social, permitindo que o ambiente escolar se torne um espaço significativo de aprendizagem, sem perder de vista a realidade cultural de todos os envolvidos nesse processo.

O mundo contemporâneo exige que o indivíduo seja um ser completo para atuar no mercado de trabalho e na sociedade, de forma crítica e contribuindo com novas perspectivas para a resolução de problemas da comunidade. Portanto, o trabalho com projetos é um meio para desenvolver as habilidades integrais necessárias para que o aluno possa se inserir na sociedade de forma participativa e construtiva.

Aliado a isso, uma das muitas vantagens dessa metodologia de ensino é o engajamento dos alunos, uma vez que por meio do processo de ensino-aprendizagem com projetos os professores e alunos têm a oportunidade de transformar a ação educativa em uma atividade prazerosa, favorecendo à motivação do estudante.

Dentro da Pedagogia de Projetos, é possível aprender de forma ativa, tomando decisões, discutindo problemas, trazendo uma nova perspectiva e atuando de maneira mais democrática, respeitando as múltiplas opiniões existentes no grupo e contando que cada um tem seu papel para o desenvolvimento adequado do projeto. Assim, podem experimentar o benefício de posturas de respeito, responsabilidade, autonomia e cooperação.

Projeto

Projeto é um termo muito presente nas escolas. Chega até a ser banalizado, às vezes. Encontramos sempre diferentes concepções e projetos distintos, desde aqueles que partem de datas comemorativas e compreendem uma sequência de atividades com coelhos da Páscoa, personagens do Folclore, entre outros, até os que criam melhorias para a escola ou o bairro onde estão inseridos. Tem também os projetos que envolvem uma escola toda

ou somente um pequeno grupo de crianças. Mas afinal, será tudo projeto mesmo?

Foi com essa dúvida que cheguei à coordenação pedagógica, onde fui incumbida, logo nos primeiros dias, da tarefa de escolher o projeto daquele ano para toda a escola: Meio Ambiente? Contos de Fadas? O que vai ser? Não sabia...

Comecei a ouvir falar mais profundamente de projetos na faculdade. Lá conheci um pouco da obra do educador espanhol Fernando Hernandez, que traz uma concepção de projetos centrada no aluno. Imediatamente me identifiquei e trouxe para minha experiência a máxima de que projetos só são projetos quando atendem aos desejos, interesses e/ou necessidades dos alunos.

Mas, como saber sobre o que se interessam mais de setecentos alunos? Eu teria a sorte de todos eles estarem curiosos sobre o mesmo assunto? Obviamente não, e nem foi naquele ano que consegui fazer algo próximo daquilo em que acreditava. O tema mais fácil naquele momento era meio ambiente. Fomos por esse caminho.

Alguns anos depois, os avanços

Com o tempo, você vai descobrindo que a sua concepção não precisa ser a única, nem a mais correta, mas que pode ser uma metodologia escolhida por um grupo de educadores e gestores. Esta metodologia que hoje rege nosso trabalho é a que pretendo socializar aqui no blog. Não por ser a melhor, mas por ser a alternativa encontrada por nós para dar mais sentido a aprendizagem de nossos alunos. Afinal, não seria esse um de nossos maiores desafios hoje em dia?

Trabalhar com projeto de escolha do aluno é, antes de tudo, estar preparado para os temas mais inusitados, bem como estar aberto a aprender junto com eles e, principalmente, a ensiná-los a questionar e saber como

procurar e encontrar suas respostas. Já passamos pelo estudo das novelas, fenômenos da natureza, trânsito, origem da pizza, entre muitos outros. No entanto, observamos que os temas ficavam sempre em torno das Ciências Naturais ou História, então criamos projetos com assuntos em comum e que pudessem abranger a escolha de todos, mesclando com o que considerávamos importante fazer parte desse repertório. Surgiram os Projetos Estruturantes, três ao longo do ano: Literatura, Cultura Popular e Ciências. E a partir daí, seguimos as etapas – e o coordenador perpassa por todas elas:

1. Aula ou Semana Inaugural: Antes de iniciar um projeto é feito um momento disparador, onde os alunos são colocados em contato com um grande tema gerador (referente ao projeto estruturante da vez) e suas inúmeras possibilidades. Essa aula inaugural pode ser uma grande conversa no pátio, uma rodada de filmes, um passeio pelo jardim da escola ou pelo bairro, um rodízio de oficinas etc.

2. Votação: Após esse período inicial de descobertas, as crianças se sentam em roda e começam a levantar, dentre tudo o que viram, os assuntos nos quais têm maior interesse. O professor, mediador e peça fundamental desse processo, anota as questões levantadas pela turma e em votação escolhem o tema que será estudado pela sala ou por um grupo de crianças.

3. Roteiro de trabalho: Escolhido o tema, a turma começa a preencher este roteiro ([clique aqui para fazer o download](#)) que criamos a partir das inspirações do curso “Fazer a Ponte no Brasil” sobre a portuguesa Escola da Ponte, uma das pioneiras nesse trabalho. No roteiro, as turmas escrevem o que querem aprender sobre o tema, por que fizeram essa escolha e como vão fazer para chegar às respostas de todas as suas dúvidas. O último item é preenchido somente pelo professor, que tem a tarefa de relacionar os conteúdos curriculares ao tema escolhido, encontrando o que há de possibilidades de aprendizagem na Matemática, Português, Artes e assim por diante. Essa é uma das grandes sacadas do projeto, porque compreende o papel da escola de passar os conhecimentos historicamente acumulados, em uma perspectiva que o aproxima da criança, uma vez que faz relação àquilo que deseja conhecer.

4. Revisão e acompanhamento: Finalizado o roteiro é hora de começar os trabalhos e é aí que o papel do coordenador é essencial! É ele que revisa os projetos e auxilia o professor na ponte entre os conteúdos e o trabalho de pesquisa.

5. Saídas pedagógicas: Durante o projeto são realizados também diversos passeios para agregar à pesquisa, o que pode ser extremamente desafiante se você imaginar que cada sala da escola poderá caminhar para um lugar completamente diferente, como também pode ser bastante enriquecedor, já que todo lugar passa a ser um espaço de aprendizagem, como a feira livre, a padaria do bairro, a casa de um morador antigo etc. Para essa tarefa, a parceria entre o trio de gestores (diretor, vice-diretor e coordenadora) é muito importante, porque assim as tarefas de agendamento, aluguel de ônibus e autorizações são divididas.

6. Trocas e comunicação: Projetos tão diferentes dentro de uma mesma escola podem isolar as turmas e afastar a troca de experiências entre os professores, por isso, novamente a figura do coordenador se faz necessária para religar todo mundo, estabelecendo o diálogo como fonte central do trabalho formativo da equipe escolar. Uma das alternativas que encontrei, foi o painel “Preciso de Ajuda/Posso ajudar”. No painel, há a relação de todos os projetos da escola e lá os professores fazem seus pedidos de ajuda e trocam com os colegas.

7. O fim: Por fim, todo projeto pressupõe um produto final e a sua divulgação para toda comunidade escolar, uma espécie de prestação de contas aos pais e, principalmente, o momento de socializar com os colegas de outras turmas e com toda comunidade local o que aprenderam, além de ser uma celebração do encerramento de mais um ciclo. Esse momento acontece ao final de cada projeto estruturante e é dividido em: Sarau, Festa de Cultura Popular e Mostra de Projetos.

Conclusão

A Pedagogia de Projetos se apresenta como uma proposta pedagógica coerente com as demandas educacionais da contemporaneidade, ao privilegiar o protagonismo dos alunos, o trabalho interdisciplinar e a construção significativa do conhecimento. Ao permitir que os estudantes explorem temas relevantes a partir de seus interesses, essa metodologia amplia a motivação, o senso crítico e a autonomia, contribuindo para a formação integral. Além disso, transforma o papel do professor, que deixa de ser o detentor do saber e passa a atuar como mediador e facilitador da aprendizagem. As experiências relatadas demonstram que, quando bem estruturada, a Pedagogia de Projetos pode gerar ambientes de ensino-aprendizagem mais democráticos, participativos e eficazes. Por fim, reforça-se a importância da formação docente contínua e do planejamento coletivo como pilares para a implementação exitosa dessa prática educativa.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MOURA, Maria Cristina. Pedagogia de projetos: teoria e prática em sala de aula. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 26. ed. Campinas: Papyrus, 2019.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

- O Ensino do Basquetebol na Educação Física Escolar: Proposta de Plano de Aula para o 2º Ano do Ensino Médio (Jenifer Halana de Melo Euzébio)

O Ensino do Basquetebol na Educação Física Escolar: Proposta de Plano de Aula para o 2º Ano do Ensino Médio

Jenifer Halana de Melo Euzébio

DOI: 10.5281/zenodo.15685628

Resumo

Este trabalho apresenta um plano de aula para o ensino do basquetebol no 2º ano do Ensino Médio, com foco nos elementos conceituais, procedimentais e sociais do esporte. A proposta pedagógica contempla desde a origem e regras gerais da modalidade até práticas corporais que desenvolvem habilidades motoras específicas, como dribles e recepção de bola. O conteúdo pode ser adaptado tanto para o ensino remoto quanto para o presencial, sendo que, nas aulas práticas, os estudantes realizam atividades de domínio motor com o uso de bola e interação em duplas. A avaliação é contínua e formativa, baseada na observação da participação, engajamento, construção de ideias e socialização dos alunos durante o processo. O plano visa promover a apreciação crítica do basquetebol como fenômeno esportivo relevante na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação Física. Basquetebol. Ensino Médio. Planejamento Didático. Habilidades Motoras.

Desenvolvimento

Relato

Com base em seus aprendizados nesta aula, elabore o conteúdo de ensino de EDUCAÇÃO FÍSICA do 2º ano do Ensino Médio.

TEMA: BASQUETE

Ementa: Este plano de aula de educação física aborda os elementos conceituais do basquete, como: a sua origem e as regras gerais, além de

descrever os aspectos gerais úteis para aprender a jogar e sugestões para apreciação do esporte, com etapas adaptadas para o ensino remoto e práticas que poderão ser realizadas apenas no ensino presencial.

Objetivos: Espera-se que os e as estudantes sejam capazes de descrever e relacionar conhecimentos acerca do basquete, tendo por base conceitos e procedimentos específicos sobre o esporte, desenvolver habilidades motoras para os fundamentos do basquete.

Conteúdo programático: Elementos conceituais: origem do basquetebol e regras gerais; Elementos procedimentais: aspectos gerais úteis para aprender a jogar basquetebol; Elementos sociais: apreciação do basquetebol na condição de fenômeno desportivo na sociedade atual.

Materiais utilizados: Aplicação presencial: quadra com cesta de basquete, bolas de basquete, bolas de outras corridas para frente ou para traz e lateral quicando a bola de basquete e alternando com o braço direito e esquerdo, e ao apito do professor deverão tocar uma linha da quadra, os alunos serão divididos em duplas onde um aluno jogará a bola para cima e o seu parceiro tentará pegá-la com as duas mãos e mais ou menos na altura da cintura, os alunos deverão quicar a bola e fazer um movimento de rotação da bola pelo corpo utilizando as duas mãos.

Avaliação: A avaliação acontecerá mediante observação da participação e envolvimento dos alunos na realização das atividades. O professor irá avaliar nos alunos alguns critérios como: A participação dos alunos em meio à apresentação das atividades físicas e a conversa sobre o assunto em questão, a interação dos alunos e a exposição de suas ideias frente à atividade

proposta, quais conhecimentos a respeito das atividades eles possuem, quais dúvidas eles apresentam a respeito do proposto, qual o ponto de vista dos alunos após interagir com o corpo nas atividades físicas.

Observação: Além de todos esses fatores analisados, temos em mente que todas as atividades propostas neste plano de aula contribuem para que os alunos interajam entre si se socializando e que pensem e reflitam sobre questões do cotidiano.

Conclusão

A proposta de ensino do basquetebol para o 2º ano do Ensino Médio, conforme apresentada neste plano de aula, busca ir além da mera prática esportiva, promovendo um aprendizado significativo que envolve aspectos históricos, técnicos e sociais da modalidade. Ao integrar os alunos em atividades que exigem cooperação, coordenação e reflexão crítica, o plano favorece não apenas o desenvolvimento físico, mas também o cognitivo e o socioemocional. O ensino do basquetebol, portanto, contribui para a formação integral dos estudantes, valorizando o esporte enquanto prática cultural e ferramenta pedagógica.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

DAOLIO, J. Educação Física e cultura: interfaces e interlocuções possíveis. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

TUBINO, M. J. G. Esporte: educação e sociedade. Campinas, SP: Papirus, 1987.

- O papel da afetividade no ambiente escolar: como a relação professor/aluno impacta a aprendizagem (Luiz Fernando Pereira de Almeida; Regiane Sales Ribeiro)

O papel da afetividade no ambiente escolar: como a relação professor/aluno impacta a aprendizagem

Luiz Fernando Pereira de Almeida

Regiane Sales Ribeiro

DOI: 10.5281/zenodo.15710878

RESUMO

A relação professor-aluno tem sido amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais para o sucesso educacional. Este estudo investiga como a afetividade, presente nas interações entre professores e alunos, influencia o processo de aprendizagem. Por meio de uma revisão bibliográfica de pesquisas recentes, este artigo explora a importância do vínculo afetivo no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes. A afetividade tem o potencial de criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e seguro, promovendo um maior engajamento e motivação, com reflexos positivos no desempenho acadêmico. A pesquisa também discute os desafios enfrentados pelos educadores ao equilibrar a construção de relações afetivas com a manutenção da autoridade pedagógica, além de abordar a maneira como diferentes contextos educacionais podem influenciar essa dinâmica. O artigo propõe uma reflexão sobre as práticas pedagógicas que podem ser adotadas para fortalecer esse vínculo e promover um ensino mais humanizado, com o objetivo de contribuir para a formação de um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz.

Palavras-chave: Afetividade. Relação Professor-Aluno. Aprendizagem. Educação Socioemocional. Ensino Humanizado.

Introdução

A relação professor-aluno tem sido amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais para o sucesso educacional. No entanto, o impacto dessa relação vai além da simples transmissão de conteúdo acadêmico, abrangendo também as esferas emocionais e afetivas que permeiam o ambiente escolar. O papel da afetividade na educação, especialmente no que

diz respeito à construção de vínculos significativos entre professores e alunos, tem sido objeto de crescente interesse e investigação, dado o seu potencial para influenciar tanto o desenvolvimento cognitivo quanto socioemocional dos estudantes. Como destaca Howard Gardner, "O aprendizado é, em grande parte, um processo afetivo. Quando os alunos se sentem valorizados e respeitados, estão mais abertos ao aprendizado e ao desenvolvimento de suas potencialidades." (GARDNER, 2009)

A afetividade, em suas diversas formas, é capaz de criar um ambiente de aprendizagem mais seguro e acolhedor, onde o aluno se sente valorizado e compreendido. Estudos recentes sugerem que a qualidade da interação afetiva entre professores e alunos pode promover um engajamento mais profundo nas atividades escolares, aumentar a motivação e, conseqüentemente, melhorar o desempenho acadêmico. Além disso, a construção de um vínculo positivo pode ser crucial para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e trabalho em equipe, competências essenciais para a vida adulta e para a convivência em sociedade.

Porém, apesar da relevância deste tema, ainda há lacunas no entendimento dos mecanismos pelos quais a afetividade influencia diretamente o processo de aprendizagem. Questões como a forma como os professores podem estabelecer relações afetivas sem comprometer a autoridade, ou como diferentes contextos educacionais moldam essa dinâmica, permanecem em aberto. Este artigo busca explorar essas questões, investigando como as práticas afetivas na sala de aula contribuem para o aprendizado, a construção de uma identidade positiva no aluno e sua adaptação ao ambiente escolar. Assim, pretende-se fornecer um panorama abrangente sobre o impacto da afetividade na educação, oferecendo subsídios para a formação de professores e a implementação de estratégias pedagógicas mais humanizadas.

Referencial Teórico

O conceito de afetividade na educação tem sido abordado por diversos autores ao longo dos anos. Vygotsky (2007), por exemplo, defende que a aprendizagem é um processo que ocorre de maneira integrada ao desenvolvimento emocional do sujeito, e que o ambiente afetivo criado pelas interações sociais é fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. De acordo com o autor, a mediação emocional realizada pelo professor é tão importante quanto os conteúdos transmitidos em sala de aula.

Piaget (1975), por sua vez, considera que o afeto influencia diretamente o modo como o aluno constrói seu conhecimento. Para o autor, o ambiente escolar deve ser um espaço de construção afetiva, pois só assim será possível garantir que o conhecimento adquirido seja significativo e duradouro. Já Gardner (2009), com sua teoria das múltiplas inteligências, destaca que o ambiente afetivo pode maximizar o potencial de aprendizagem de cada aluno, ao reconhecer as diferentes formas de inteligência e, conseqüentemente, as diferentes necessidades emocionais dos estudantes.

Estudos mais recentes também corroboram a importância da afetividade no processo educacional. De acordo com Hamre e Pianta (2001), a qualidade das interações afetivas entre professores e alunos está diretamente relacionada ao engajamento do estudante com as atividades escolares, ao seu desempenho acadêmico e ao seu bem-estar emocional. Em uma perspectiva semelhante, Zins et al. (2004) afirmam que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais está intimamente ligado à presença de um vínculo afetivo seguro e de qualidade com os educadores.

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de literatura recente sobre o papel da afetividade na educação. Foram selecionados estudos que abordam tanto a teoria quanto a prática pedagógica, com ênfase na construção de vínculos afetivos entre professores e alunos e seu impacto no aprendizado. A análise dos dados foi conduzida de forma a

identificar padrões comuns nos achados, além de destacar os principais desafios e oportunidades relacionados à implementação de práticas afetivas nas escolas.

Resultados e Discussão

A revisão bibliográfica revelou que a afetividade, ao ser incorporada de maneira sistemática na prática pedagógica, pode gerar resultados significativos no desenvolvimento acadêmico e emocional dos alunos. "A educação, mais do que um ato de ensinar, é um ato de comunicação. O educador tem o poder de afetar seus alunos, para o bem ou para o mal, com o que transmite, com a maneira de transmitir e com o exemplo que dá. (FREIRE, 1996)

A citação de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, ressalta o poder do educador nas relações de ensino e aprendizagem, destacando que a maneira como o professor interage com seus alunos pode ter um impacto profundo e ambíguo. Para Freire, o educador possui um poder transformador que pode tanto libertar quanto oprimir, dependendo da sua postura e das suas práticas pedagógicas. Essa influência é um reflexo da responsabilidade que o professor carrega, pois ele não apenas transmite conhecimento, mas também molda o modo como os alunos percebem o mundo e se relacionam com ele. Assim, ao educar, o professor pode inspirar confiança, autoestima e motivação, ou, por outro lado, gerar insegurança, medo e desconfiança, afetando negativamente a formação emocional e intelectual dos estudantes. Portanto, a educação não deve ser vista apenas como um ato de transmissão de saberes, mas como um processo de comunicação e construção de sentidos, onde a atitude e os exemplos do educador têm um papel fundamental na formação do aluno.

Professores que cultivam uma relação afetiva positiva com seus alunos tendem a observar maior motivação por parte dos estudantes, o que contribui para um melhor desempenho escolar. Além disso, esses vínculos afetivos favorecem o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a

empatia, o autocontrole e a resolução de conflitos, que são essenciais para a formação do cidadão.

Entretanto, a implementação de práticas afetivas em sala de aula também enfrenta desafios. Muitos professores relatam dificuldades em equilibrar a construção de vínculos afetivos com a necessidade de manter a disciplina e a autoridade em sala de aula. A falta de formação adequada em competências socioemocionais, tanto para alunos quanto para educadores, também é apontada como uma barreira para a aplicação efetiva de estratégias pedagógicas baseadas na afetividade.

Conclusão

Este artigo reafirma a importância da afetividade na construção de um ambiente educacional saudável e produtivo. A relação professor-aluno é um fator determinante para o sucesso do processo de aprendizagem, sendo fundamental para a formação tanto cognitiva quanto socioemocional dos alunos. É necessário que os professores sejam capacitados para cultivar vínculos afetivos de maneira equilibrada, sem comprometer a autoridade pedagógica, e que as políticas educacionais incentivem práticas de ensino mais humanizadas. A integração de estratégias afetivas nas escolas pode não apenas melhorar o desempenho acadêmico, mas também contribuir para a formação de cidadãos mais empáticos e preparados para os desafios da vida adulta.

Referências

GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAMRE, Bridget K.; Pianta, Robert C. Early teacher-child relationships and the quality of classroom interactions. *Teachers College Record*, v. 103, n. 3, p. 431-456, 2001.

PIAGET, Jean. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZINS, J. E.; ELLIOTT, S. N.; WALTERS, C.; WEISSBERG, R. P. *Social and emotional learning: Promoting the development of all students*. Alexandria, VA: Association for Supervision and Curriculum Development, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- O uso de jogos no ensino da matemática para séries iniciais (Humberto Sales de Queiroz)

O uso de jogos no ensino da matemática para séries iniciais

Humberto Sales de Queiroz

DOI: 10.5281/zenodo.15725215

RESUMO

O ensino de Matemática nas séries iniciais da Educação Básica representa um desafio constante para os educadores, principalmente no que se refere à motivação e ao interesse dos alunos. Neste contexto, a utilização de jogos pedagógicos tem se mostrado uma estratégia eficiente para promover o aprendizado de forma lúdica e significativa. Este artigo tem como objetivo discutir a importância do uso de jogos no ensino da Matemática, apresentando fundamentos teóricos que sustentam essa prática, exemplos de jogos aplicáveis e os benefícios cognitivos e socioemocionais proporcionados aos estudantes. A análise baseia-se em autores como Piaget, Vygotsky, Kishimoto e Lorenzato, entre outros, que defendem o lúdico como elemento facilitador da aprendizagem.

Palavras-chave: Jogos pedagógicos. Ensino de Matemática. Séries iniciais. Aprendizagem lúdica. Motivação escolar.

Introdução

O ensino da Matemática nas séries iniciais sempre foi motivo de preocupação entre educadores, alunos e famílias. Muitas crianças desenvolvem bloqueios, ansiedade ou desinteresse pelas atividades matemáticas, o que prejudica significativamente o processo de aprendizagem. Diante desse cenário, a busca por metodologias mais envolventes e dinâmicas torna-se essencial.

Uma das estratégias pedagógicas que tem ganhado destaque é o uso de jogos no contexto escolar. Segundo **Kishimoto (1996)**, o jogo educativo proporciona uma experiência prazerosa de aprendizagem, estimulando o raciocínio lógico, a criatividade e a socialização. Para **Piaget (1976)**, o jogo é

uma forma natural de desenvolvimento da inteligência infantil, favorecendo a construção de conhecimentos por meio da interação com o ambiente.

Ao utilizar jogos como recurso didático, o professor cria um ambiente motivador, no qual os alunos aprendem conceitos matemáticos de maneira concreta e divertida. **Vygotsky (1991)** também destaca a importância da interação social nas atividades lúdicas, reforçando que o aprendizado ocorre de forma mais efetiva quando mediado pelo outro, especialmente em atividades que envolvem cooperação e desafios.

O presente artigo tem como objetivo discutir os benefícios da utilização de jogos no ensino da Matemática, explorando os fundamentos teóricos que sustentam essa prática, os tipos de jogos que podem ser utilizados nas séries iniciais e os impactos positivos na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos alunos.

Desenvolvimento

Fundamentação Teórica

O uso de jogos como estratégia didática no ensino da Matemática tem apoio em diversas correntes teóricas que valorizam a aprendizagem ativa e significativa.

Jean Piaget (1976) destaca que o jogo é fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois permite que ela construa seu conhecimento a partir de experiências concretas. Segundo o autor, o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático acontece por meio da interação com o meio, da exploração e da resolução de problemas.

Lev Vygotsky (1991), por sua vez, enfatiza a importância da interação social para a aprendizagem. Em sua teoria, o autor aponta que o jogo amplia a **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)**, permitindo que a criança avance em suas habilidades cognitivas com o apoio de um mediador, no caso, o professor.

Além disso, **Kishimoto (1996)** reforça que os jogos educativos favorecem a aprendizagem por meio do prazer e do desafio. A autora afirma que o jogo “possibilita o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas e sociais de forma integrada”, sendo um recurso valioso para o ensino da Matemática.

Lorenzato (2006), pesquisador brasileiro com forte atuação na área de ensino de Matemática, defende que o aprendizado deve ser prazeroso e desafiador. Para ele, os jogos são ferramentas que incentivam o aluno a pensar, tomar decisões e buscar soluções.

Exemplos de Jogos no Ensino da Matemática nas Séries Iniciais

Diversos jogos podem ser utilizados para ensinar conceitos matemáticos de forma lúdica e eficaz. Alguns exemplos são:

- **Bingo Matemático:** Ajuda no reconhecimento de números, operações básicas e resolução rápida de problemas.
- **Dominó das Operações:** Trabalha com adição, subtração, multiplicação e divisão de forma divertida e interativa.
- **Jogo da Velha com Contas:** Antes de marcar o X ou O, o aluno deve resolver um problema matemático.
- **Caça ao Tesouro Numérico:** Estimula a resolução de problemas com pistas matemáticas, incentivando o raciocínio lógico.
- **Jogos de Tabuleiro de Sequência Numérica:** Fortalecem o entendimento de progressões, ordens numéricas e contagem.

Esses jogos podem ser adaptados conforme o ano escolar e o conteúdo a ser trabalhado, garantindo que o aluno participe ativamente do processo de construção do conhecimento.

Benefícios Pedagógicos do Uso de Jogos

O uso de jogos na Matemática vai além da diversão. Os benefícios incluem:

- **Desenvolvimento do raciocínio lógico e da resolução de problemas**
- **Melhora da atenção e da concentração**
- **Aumento da motivação e do engajamento dos alunos**
- **Estímulo ao trabalho em equipe e à socialização**
- **Redução da ansiedade matemática**
- **Facilidade na assimilação de conceitos abstratos por meio de experiências concretas**

Segundo **Oliveira (2000)**, "o jogo permite que o aluno aprenda com prazer, superando a visão de que a Matemática é uma disciplina difícil e desmotivadora".

Dessa forma, os jogos contribuem para a formação de alunos mais autônomos, criativos e confiantes no aprendizado da Matemática.

Conclusão

A utilização de jogos no ensino da Matemática nas séries iniciais revela-se uma prática pedagógica eficaz, que contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos. Por meio do lúdico, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar situações de aprendizagem que favorecem a construção de conceitos matemáticos de maneira prazerosa e significativa.

Os fundamentos teóricos de autores como **Piaget**, **Vygotsky**, **Kishimoto** e **Lorenzato** sustentam a importância da mediação docente e da interação social durante as atividades com jogos. Esses recursos estimulam a criatividade, o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a cooperação entre os alunos.

É essencial que os professores das séries iniciais reconheçam o potencial dos jogos como aliados no processo de ensino-aprendizagem,

planejando atividades que estejam alinhadas aos objetivos pedagógicos e às necessidades dos alunos. Assim, é possível transformar a sala de aula em um ambiente estimulante, dinâmico e, acima de tudo, promotor de aprendizagens significativas em Matemática.

Referências Bibliográficas

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O jogo e a educação infantil*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

LORENZATO, Sergio. *O ensino de Matemática: o que é, como se faz*. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 2000.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- Relato de Experiência Pedagógica no Studio de Dança Bellatrix: A Dança como Ferramenta de Formação Humana (Jenifer Halana de Melo Euzébio)

Relato de Experiência Pedagógica no Studio de Dança Bellatrix: A Dança como Ferramenta de Formação Humana

Jenifer Halana de Melo Euzébio

DOI: 10.5281/zenodo.15685751

RESUMO

O presente relato de experiência refere-se a uma prática pedagógica desenvolvida em um espaço não escolar: o Studio de Dança Bellatrix, localizado no município de Tabaporã-MT. Fundado em 10 de fevereiro de 2016, o Studio é a primeira escola de dança da cidade e atualmente é dirigido por Jenifer Stephanie Leite Tomé. A visita técnica e a entrevista com a dirigente permitiram conhecer a história, objetivos e funcionamento da instituição, além de compreender sua contribuição para a formação artística e pessoal de seus mais de 100 alunos. A instituição oferece aulas de Ballet Clássico, Baby Class, Jazz, Mix Dance e Dança do Ventre, sendo reconhecida por suas premiações em festivais nacionais. A experiência pedagógica desenvolvida nesse espaço evidenciou o potencial transformador da dança e sua relevância como ferramenta de formação integral, mesmo fora do ambiente escolar tradicional.

Palavras-chave: Dança. Educação não formal. Prática pedagógica. Formação humana. Studio Bellatrix.

Desenvolvimento

Relato

Para esta prática, eleja um espaço não escolar onde deseje desenvolver sua atividade pedagógica. Marque uma visita ao espaço e uma reunião com seu dirigente. Nesta reunião, você deverá se apresentar como estudante e explicar que as atividades que deseja conduzir nesta instituição compõem parte de sua formação acadêmica. Faça uma entrevista com o dirigente, colhendo informações importantes sobre a instituição, tais como:

- Data de fundação e História da Instituição
- Objetivos da Instituição
- Número de funcionários
- Número de pessoas atendidas
- Horários de funcionamento

O Studio de dança Bellatrix é uma tradicional escola de dança existente na cidade Tabaporã-Mt. Atualmente dirigida por Jenifer Stephanie Leite Tomé, a instituição foi fundada em 10 fevereiro de 2016 e é a primeira e mais antiga escola de dança do Município.

De 2016 para 2021 muita coisa mudou. O espaço, hoje voltado ao ballet clássico, iniciou com aulas de dança do ventre, jazz e ballet, além das aulas fitness para mulheres. Jenifer, conta que a ideia era abrir um espaço diferenciado na cidade. “A dança começou a crescer”. Jenifer iniciou seus estudos em 2012 no I congresso de artes: Diversidade criativa na cidade Sinop-Mt, e assim com decorrer dos anos continuou realizando cursos de jazz, ballet, dança do ventre, dança de Salão, dança na escola, danças urbanas. As modalidades eram novidades na cidade, assim como o espaço destinado às aulas de dança.

O Studio de dança bellatrix atua hoje na formação de mais de 100 bailarinos nas modalidades de Ballet Clássico, Baby Class, Jazz, Mix Dance e dança do ventre, um professor especializado e um auxiliar.

A evolução e amadurecimento do Studio nesses 5 anos pode ser traduzida nas premiações conquistadas em grandes festivais de dança do Estado e do Brasil, um deles Festival Nidança Fortaleza - CE, premiação segundo lugar na Categoria Solo (dança do ventre) onde foram aplaudidos de pé pelo público. “Foi uma experiência fantástica e inesquecível”, conta Jenifer.

A criança pode ingressar na escola a partir dos 3 anos, mesmo sem experiência nenhuma em dança. O Studio tem horário de funcionamento de segunda à sexta-feira.

“A Dança desperta o que eu tenho de melhor, alimenta minha alma e por isso me realizo ensinando e formando novos bailarinos, com dedicação, amor e persistência”, finaliza Jenifer.



Fonte: arquivo pessoal da entrevistada.

Conclusão

A visita ao Studio de Dança Bellatrix e o contato direto com sua dirigente evidenciaram a importância das instituições não escolares no processo formativo de crianças, jovens e adultos. A dança, como linguagem artística e corporal, promove não apenas habilidades técnicas e disciplinares, mas também o desenvolvimento emocional, social e cultural dos praticantes. A experiência relatada reforça o papel das práticas pedagógicas em espaços alternativos como meios legítimos e eficazes de ensino e aprendizagem. A trajetória da instituição, marcada pela dedicação de sua fundadora, pelos resultados obtidos em festivais e pelo número crescente de alunos, demonstra

que a educação pode (e deve) acontecer em múltiplos contextos, ampliando horizontes e despertando talentos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Informação e documentação – Resumo. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

Relato oral e documental obtido durante visita técnica ao Studio de Dança Bellatrix, realizada em Tabaporã-MT. Entrevista com a diretora Jenifer Stephanie Leite Tomé, em maio de 2025.

SAÚDE

- A contribuição da Biomedicina na pesquisa, diagnóstico e controle de doenças parasitárias: uma análise sobre Leishmaniose, Malária e Toxoplasmose (Angela Stefani Saltiere Alencar)

A contribuição da Biomedicina na pesquisa, diagnóstico e controle de doenças parasitárias: uma análise sobre Leishmaniose, Malária e Toxoplasmose

Angela Stefani Saltiere Alencar

DOI: 10.5281/zenodo.15725411

RESUMO

As doenças parasitárias continuam sendo um grande desafio para a saúde pública mundial, principalmente em regiões tropicais e subtropicais. Entre as enfermidades de maior impacto estão a Leishmaniose, a Malária e a Toxoplasmose, que afetam milhões de pessoas anualmente, causando altas taxas de morbidade e mortalidade. A Biomedicina tem desempenhado um papel fundamental no diagnóstico, na pesquisa e no controle dessas doenças, por meio de avanços nas técnicas laboratoriais, no desenvolvimento de novas metodologias de detecção e no monitoramento epidemiológico. Este projeto tem como objetivo analisar a contribuição da Biomedicina na luta contra essas enfermidades parasitárias, evidenciando as principais tecnologias diagnósticas, os métodos de controle e as ações de pesquisa que envolvem o biomédico.

Palavras-chave: Biomedicina. Doenças parasitárias. Diagnóstico laboratorial. Leishmaniose. Malária. Toxoplasmose.

Introdução

As doenças parasitárias continuam sendo um dos maiores desafios de saúde pública no mundo, sobretudo em países em desenvolvimento, onde condições socioeconômicas precárias e a falta de infraestrutura sanitária favorecem a disseminação desses agravos. Segundo a **Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022)**, milhões de pessoas são infectadas anualmente por parasitas como os agentes causadores da Leishmaniose, da Malária e da Toxoplasmose.

A Biomedicina, enquanto ciência voltada para a promoção da saúde por meio da atuação em análises clínicas, diagnóstico e pesquisa biomédica, tem desempenhado um papel estratégico no enfrentamento dessas enfermidades. De acordo com **Neves (2011)**, a identificação precisa dos agentes parasitários é fundamental para a definição de condutas terapêuticas adequadas, sendo o biomédico um dos profissionais capacitados para atuar diretamente nessa etapa do processo.

Além do diagnóstico laboratorial, o biomédico também está envolvido em pesquisas sobre epidemiologia, desenvolvimento de novos kits diagnósticos, acompanhamento de surtos e ações de educação em saúde. Segundo **Coura (2013)**, a vigilância epidemiológica eficaz depende da integração entre diagnóstico precoce, monitoramento de casos e estratégias de controle vetorial.

No caso específico da Leishmaniose, da Malária e da Toxoplasmose, a atuação do biomédico é ainda mais relevante, considerando as particularidades clínicas e laboratoriais de cada uma dessas doenças. Conforme aponta **Rocha et al. (2015)**, o domínio de técnicas como imunofluorescência indireta, PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) e testes sorológicos é essencial para a detecção de parasitas com maior sensibilidade e especificidade.

Diante desse cenário, o presente projeto busca discutir e evidenciar a contribuição da Biomedicina na pesquisa, no diagnóstico e no controle de doenças parasitárias, enfatizando os avanços tecnológicos, os desafios enfrentados e a importância da formação contínua desses profissionais.

Justificativa

A escolha deste tema justifica-se pela alta incidência e relevância epidemiológica das doenças parasitárias como a Leishmaniose, a Malária e a Toxoplasmose, que continuam afetando milhões de pessoas, principalmente em países tropicais como o Brasil. Segundo dados da **Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022)**, a Malária, por exemplo, registra mais de 240 milhões

de casos por ano no mundo, com grande número de óbitos, principalmente em crianças.

A atuação do biomédico é fundamental para o enfrentamento desses agravos, uma vez que ele contribui diretamente para o diagnóstico precoce, o acompanhamento laboratorial, a pesquisa científica e a educação em saúde. Conforme destaca **Neves (2011)**, o diagnóstico laboratorial preciso é um dos pilares mais importantes na luta contra doenças infecciosas e parasitárias.

Além disso, a pesquisa biomédica tem sido responsável por avanços significativos na detecção de novos antígenos, desenvolvimento de técnicas moleculares mais sensíveis e elaboração de programas de controle que envolvem tanto a identificação de casos quanto o monitoramento de vetores e reservatórios. **Coura (2013)** reforça que a integração entre pesquisa, diagnóstico e intervenção é essencial para o controle efetivo dessas doenças.

Portanto, estudar a contribuição da Biomedicina nesse contexto é de grande relevância acadêmica, científica e social.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a contribuição da Biomedicina na pesquisa, diagnóstico e controle das doenças parasitárias Leishmaniose, Malária e Toxoplasmose.

Objetivos Específicos:

- Investigar as principais técnicas laboratoriais utilizadas no diagnóstico dessas doenças.
- Discutir o papel do biomédico nas ações de controle e vigilância epidemiológica.
- Identificar os avanços tecnológicos recentes no diagnóstico molecular e imunológico de doenças parasitárias.

- Apontar desafios enfrentados na prática biomédica no combate a essas enfermidades.

Metodologia

Este trabalho será desenvolvido por meio de uma **revisão bibliográfica narrativa**, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de reunir e analisar publicações científicas, documentos institucionais e materiais de referência relacionados ao tema. A coleta de dados será realizada nas bases eletrônicas **SciELO**, **PubMed** e **Google Scholar**, bem como em documentos oficiais da **OMS** e do **Ministério da Saúde do Brasil**.

Serão incluídos livros, artigos científicos, relatórios técnicos e diretrizes publicadas preferencialmente nos últimos dez anos, a fim de garantir a atualidade das informações. Os critérios de inclusão envolverão a relevância, a qualidade metodológica e a pertinência ao tema proposto.

A análise dos dados seguirá abordagem qualitativa, com organização temática que contemple os aspectos de diagnóstico, pesquisa e controle das doenças parasitárias abordadas. As informações obtidas serão discutidas de forma crítica, buscando evidenciar os avanços e os desafios enfrentados na atuação biomédica.

Resultados Esperados

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o conhecimento científico sobre o papel da Biomedicina no diagnóstico, pesquisa e controle das principais doenças parasitárias que impactam a saúde pública. A partir da análise da literatura, pretende-se identificar os métodos diagnósticos mais utilizados, os avanços tecnológicos nas técnicas laboratoriais e as estratégias de controle epidemiológico que envolvem a atuação do biomédico.

Além disso, busca-se evidenciar a importância da formação continuada e da atualização profissional para o enfrentamento dessas doenças. Espera-se também fomentar reflexões sobre a necessidade de políticas públicas que fortaleçam os serviços de saúde laboratorial, promovendo diagnósticos mais precoces e eficientes.

Por fim, o estudo visa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas que ampliem as possibilidades de atuação do biomédico frente aos desafios impostos pelas doenças parasitárias.

Considerações Finais

A atuação do biomédico na pesquisa e no controle das doenças parasitárias é de extrema importância para a promoção da saúde coletiva e para a redução dos índices de morbidade e mortalidade. Através de técnicas laboratoriais avançadas, da vigilância epidemiológica e da pesquisa científica, o profissional de Biomedicina contribui de forma significativa para o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o controle dessas doenças que ainda desafiam os sistemas de saúde.

Fortalecer o campo da Biomedicina, investir em formação continuada e ampliar as pesquisas sobre Leishmaniose, Malária e Toxoplasmose são medidas essenciais para avançarmos no combate a essas enfermidades.

Referências

COURA, José Rodrigues. *Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

NEVES, David de Oliveira. *Parasitologia Humana*. 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

ROCHA, R. S.; PENA, H. F. J.; GENNARI, S. M. Diagnóstico laboratorial das principais doenças parasitárias de importância para a saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 235-242, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *World Malaria Report 2022*. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

- A importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas associadas ao sedentarismo (Jhonatan Almeida de Castro)

A importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas associadas ao sedentarismo

Jhonatan Almeida de Castro

DOI: 10.5281/zenodo.15730803

RESUMO

O sedentarismo é reconhecido mundialmente como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, além de distúrbios emocionais como ansiedade e depressão. Dados da **Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020)** apontam que cerca de 25% da população mundial adulta não atinge os níveis mínimos recomendados de atividade física. No Brasil, o cenário é igualmente preocupante, segundo o **Ministério da Saúde (2021)**. Este artigo tem como objetivo discutir a importância da prática regular de atividade física na prevenção dessas doenças crônicas, destacando os benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais da adoção de um estilo de vida mais ativo. A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica de autores como **Caspersen et al. (1985)**, **Matsudo et al. (2002)** e **Nahas (2010)**, entre outros. A análise evidencia a necessidade urgente de políticas públicas e de ações educativas que promovam o combate ao sedentarismo e estimulem hábitos saudáveis na população.

Palavras-chave: Sedentarismo. Atividade física. Doenças crônicas. Promoção da saúde. Qualidade de vida.

Introdução

O estilo de vida moderno tem contribuído significativamente para o aumento dos índices de sedentarismo em diferentes faixas etárias e grupos sociais. O avanço tecnológico, a urbanização acelerada e as mudanças nos hábitos de trabalho e lazer têm reduzido as oportunidades de movimentação corporal no dia a dia. Segundo a **Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020)**, a inatividade física figura entre os quatro principais fatores de risco para

a mortalidade global, estando associada diretamente ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares.

Além das consequências físicas, o sedentarismo também tem sido relacionado a impactos negativos sobre a saúde mental, como o aumento dos casos de ansiedade e depressão, conforme apontam estudos de **Matsudo et al. (2002)**. No contexto brasileiro, dados do **Ministério da Saúde (2021)** indicam que mais da metade da população adulta não realiza a quantidade mínima recomendada de atividade física semanal, o que agrava o cenário de morbimortalidade por DCNTs.

Autores como **Caspersen et al. (1985)** definem atividade física como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulte em gasto energético acima dos níveis de repouso. Já **Nahas (2010)** destaca que a prática regular de atividades físicas promove inúmeros benefícios fisiológicos, como a melhora do condicionamento cardiorrespiratório, o controle dos níveis de glicose e a regulação da pressão arterial.

Diante da relevância do tema, este artigo tem como objetivo analisar a importância da atividade física como estratégia de prevenção às doenças crônicas associadas ao sedentarismo, apontando as principais evidências científicas sobre seus benefícios e os desafios para a promoção de um estilo de vida ativo na população.

Justificativa

A crescente prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) representa um dos maiores desafios para a saúde pública mundial. O sedentarismo, enquanto fator de risco modificável, tem papel central nesse cenário, sendo responsável por grande parte da carga global de morbidade e mortalidade. De acordo com a **Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020)**, a inatividade física está associada a cerca de 5 milhões de mortes por ano no mundo. No Brasil, dados do **Ministério da Saúde (2021)** evidenciam que a

insuficiência de atividade física atinge aproximadamente 47% da população adulta. Diante desses números alarmantes, torna-se essencial o desenvolvimento de estratégias que incentivem a prática regular de exercícios físicos como forma de prevenção de doenças crônicas como diabetes tipo 2, obesidade, hipertensão e doenças cardiovasculares. Segundo **Matsudo et al. (2002)**, a adoção de um estilo de vida ativo pode reduzir significativamente os riscos de desenvolvimento dessas patologias, além de contribuir para a melhoria da saúde mental. Portanto, discutir a relação entre sedentarismo e saúde é de extrema relevância acadêmica e social.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas associadas ao sedentarismo.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais doenças crônicas relacionadas ao sedentarismo.
- Discutir os benefícios fisiológicos e psicológicos da prática regular de atividade física.
- Apresentar dados epidemiológicos sobre o sedentarismo e suas consequências.
- Sugerir estratégias para a promoção da atividade física como medida preventiva.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma **revisão bibliográfica de caráter qualitativo**, tendo como base a análise de produções científicas, livros acadêmicos e documentos oficiais publicados nas últimas duas décadas. Foram realizadas buscas nas bases de dados **SciELO**, **PubMed**, **Google Scholar**, além de consultas a publicações do **Ministério da Saúde do Brasil** e da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. Os descritores utilizados nas pesquisas foram: “sedentarismo”, “atividade física”, “doenças crônicas não transmissíveis”, “prevenção” e “qualidade de vida”. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos com abordagem científica, metodologicamente consistentes e publicados em língua portuguesa ou inglesa. A análise dos dados seguiu abordagem descritiva, buscando identificar as principais associações entre sedentarismo, desenvolvimento de doenças crônicas e os efeitos benéficos da atividade física regular na promoção da saúde.

Considerações Finais

A análise da literatura revela que o sedentarismo é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de diversas doenças crônicas, impactando diretamente a qualidade de vida e a longevidade da população. A prática regular de atividade física emerge como uma estratégia eficiente e de baixo custo para a prevenção e o controle dessas doenças. Autores como **Caspersen et al. (1985)** e **Nahas (2010)** reforçam que mudanças simples no estilo de vida, como a inclusão de atividades físicas regulares, podem gerar benefícios significativos à saúde física e mental. No entanto, a superação desse problema requer a adoção de políticas públicas eficazes, campanhas de conscientização e o envolvimento de profissionais da saúde, educadores e da sociedade em geral. Conclui-se que investir na promoção da atividade física é um caminho essencial para a melhoria dos indicadores de saúde e para a redução dos custos com o tratamento de doenças crônicas no sistema de saúde.

Referências

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public Health Reports*, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.

MATSUDO, V. K. R. et al. Nível de atividade física da população brasileira: análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 7, n. 2, p. 5-18, 2002.

NAHAS, M. V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5. ed. Londrina: Midiograf, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Global Recommendations on Physical Activity for Health*. Geneva: WHO, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Vigitel Brasil 2021: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

**- Produção de frutas cítricas e seus benefícios nutricionais e funcionais
para a saúde humana (Rafael Gianini Santana)**

Produção de frutas cítricas e seus benefícios nutricionais e funcionais para a saúde humana

Rafael Gianini Santana

DOI: 10.5281/zenodo.15732616

RESUMO

As frutas cítricas ocupam posição de destaque na produção agrícola mundial e brasileira, sendo importantes não apenas pela sua relevância econômica, mas também pelos inúmeros benefícios nutricionais e funcionais que oferecem à saúde humana. Ricas em vitamina C, fibras alimentares, flavonoides e compostos antioxidantes, essas frutas contribuem para o fortalecimento do sistema imunológico, a prevenção de doenças cardiovasculares, o combate ao estresse oxidativo e a melhora da saúde da pele. Este artigo tem como objetivo analisar a produção de frutas cítricas no Brasil e discutir seus benefícios nutricionais e funcionais. A metodologia utilizada baseou-se em uma revisão bibliográfica de artigos científicos, publicações do Ministério da Saúde e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de livros especializados na área de nutrição. Os resultados apontam que o consumo regular de frutas cítricas é uma estratégia eficaz para a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

Palavras-chave: Frutas cítricas. Nutrição. Vitamina C. Saúde humana. Agricultura.

Introdução

As frutas cítricas, como laranja, limão, tangerina, acerola e pomelo, são amplamente consumidas em diversas partes do mundo e desempenham papel fundamental tanto na economia agrícola quanto na promoção da saúde humana. O Brasil destaca-se como um dos maiores produtores mundiais de frutas cítricas, especialmente de laranja, cuja produção atende ao mercado interno e externo, gerando emprego e renda para milhares de agricultores.

Segundo dados da **EMBRAPA (2020)**, a citricultura brasileira representa cerca de um terço da produção mundial de laranjas.

Além da importância econômica, as frutas cítricas são reconhecidas pelo seu elevado valor nutricional. Ricas em vitamina C (ácido ascórbico), flavonoides, fibras alimentares e outros compostos bioativos, essas frutas exercem efeitos benéficos na prevenção de doenças crônicas, no fortalecimento do sistema imunológico e na melhora das funções antioxidantes do organismo. Conforme destaca **Philippi (2008)**, o consumo diário de frutas cítricas pode contribuir para a redução do risco de doenças cardiovasculares e para o controle de processos inflamatórios.

Outro aspecto relevante é o papel das frutas cítricas na manutenção da saúde da pele, na cicatrização de tecidos e na melhora da absorção de ferro de origem vegetal, como aponta **Sgarbieri (1996)**. Considerando a sua importância para a saúde pública e para a economia nacional, torna-se relevante analisar tanto os aspectos produtivos da citricultura quanto os benefícios que o consumo dessas frutas traz para a saúde humana.

Justificativa

A escolha deste tema justifica-se pela crescente valorização dos alimentos naturais e funcionais na promoção da saúde humana, bem como pela relevância socioeconômica da produção de frutas cítricas no Brasil. Segundo a **EMBRAPA (2020)**, o país ocupa posição de destaque no cenário internacional da citricultura, sendo responsável por uma expressiva parcela da produção mundial de laranja, limão e outras frutas cítricas. Além do aspecto econômico, há uma preocupação crescente com a adoção de hábitos alimentares saudáveis, especialmente em um contexto de aumento dos índices de doenças crônicas como hipertensão, diabetes e obesidade. As frutas cítricas, por sua riqueza em nutrientes essenciais como vitamina C, fibras e antioxidantes, desempenham um papel importante na prevenção e no controle dessas doenças. De acordo com **Philippi (2008)**, o consumo regular desses

alimentos pode fortalecer o sistema imunológico, melhorar a saúde cardiovascular e contribuir para a proteção contra os efeitos do estresse oxidativo. Assim, discutir a produção e os benefícios nutricionais das frutas cítricas é de grande relevância para a saúde pública e para o desenvolvimento agrícola.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a produção de frutas cítricas no Brasil e seus benefícios nutricionais e funcionais para a saúde humana.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais frutas cítricas cultivadas no Brasil e sua importância econômica.
- Discutir a composição nutricional das frutas cítricas, com ênfase nos compostos bioativos.
- Evidenciar os benefícios do consumo regular dessas frutas na prevenção de doenças.
- Relacionar os dados de produção agrícola com o impacto no acesso da população a esses alimentos.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma **revisão bibliográfica narrativa**, com abordagem qualitativa e descritiva. Foram selecionadas fontes científicas como livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses, além de

documentos oficiais de órgãos como a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)**, o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** e o **Ministério da Saúde**. A busca de materiais foi realizada nas bases eletrônicas **SciELO**, **Google Scholar** e em sites institucionais, utilizando os descritores: “frutas cítricas”, “vitamina C”, “nutrição”, “saúde pública” e “produção agrícola”. O critério de inclusão considerou publicações dos últimos 15 anos, priorizando estudos que abordassem aspectos nutricionais, funcionais e de produção agrícola das frutas cítricas. As informações coletadas foram organizadas por categorias temáticas, possibilitando uma análise crítica e integrativa sobre o tema.

Desenvolvimento

A produção de frutas cítricas no Brasil

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de frutas cítricas, com destaque para a laranja, cuja produção é concentrada principalmente no estado de São Paulo. Segundo a **EMBRAPA (2020)**, o país responde por aproximadamente 30% da produção mundial de laranja, com grande parte voltada para a exportação de suco concentrado. Outras frutas cítricas de destaque na produção nacional incluem o limão, a tangerina e a acerola, cultivadas em diversas regiões.

A citricultura gera milhares de empregos diretos e indiretos, além de movimentar a economia rural. De acordo com o **IBGE (2021)**, o Brasil produziu cerca de 17 milhões de toneladas de laranja em 2020, representando um importante setor da agricultura nacional.

Composição nutricional e compostos bioativos

As frutas cítricas são reconhecidas principalmente pelo seu elevado teor de vitamina C, um potente antioxidante essencial para o fortalecimento do sistema imunológico e para a síntese de colágeno. Além disso, são fontes de fibras alimentares, flavonoides, carotenoides e outros compostos fenólicos que contribuem para a saúde humana. Segundo **Philippi (2008)**, a ingestão diária de frutas cítricas pode ajudar na prevenção de doenças cardiovasculares, no controle da pressão arterial e na redução dos níveis de colesterol.

Outro aspecto importante destacado por **Sgarbieri (1996)** é a capacidade antioxidante desses alimentos, que auxilia na neutralização dos radicais livres, prevenindo o envelhecimento precoce e reduzindo o risco de desenvolvimento de câncer.

Benefícios funcionais para a saúde humana

O consumo regular de frutas cítricas está associado a diversos benefícios funcionais, como o aumento da imunidade, melhora na absorção de ferro de origem vegetal, proteção contra infecções e auxílio no processo de cicatrização. Conforme aponta o **Ministério da Saúde (2014)**, a recomendação é que a população consuma pelo menos uma porção de frutas cítricas por dia para garantir níveis adequados de vitamina C e outros nutrientes essenciais.

Além disso, estudos recentes como o de **Silva et al. (2018)** destacam o papel dessas frutas na regulação da glicemia e na prevenção de doenças inflamatórias crônicas, evidenciando a importância do seu consumo regular dentro de uma alimentação balanceada.

Considerações Finais

A produção de frutas cítricas no Brasil representa não apenas uma importante fonte de renda e emprego para o setor agrícola, mas também uma oportunidade significativa de promoção da saúde pública por meio da

alimentação saudável. Os benefícios nutricionais e funcionais dessas frutas são amplamente reconhecidos pela ciência, sendo comprovados por diversos estudos que destacam seus efeitos na prevenção de doenças crônicas, no fortalecimento do sistema imunológico e na melhora da qualidade de vida. Contudo, para que esses benefícios alcancem todas as camadas da população, é fundamental que políticas públicas incentivem o cultivo, a distribuição e o consumo de frutas cítricas, especialmente em comunidades de maior vulnerabilidade social. Assim, conclui-se que a citricultura e a saúde humana caminham juntas, promovendo não apenas desenvolvimento econômico, mas também qualidade de vida.

Referências

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Citricultura Brasileira: panorama da produção*. Brasília: EMBRAPA, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva. *Tabela de composição de alimentos: suporte para decisão nutricional*. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

SGARBIERI, Valdemiro C. *Propriedades nutricionais e funcionais dos alimentos*. São Paulo: Varela, 1996.

SILVA, R. A.; PEREIRA, M. C.; OLIVEIRA, L. F. Consumo de frutas cítricas e prevenção de doenças crônicas: revisão de literatura. *Revista de Nutrição em Saúde*, v. 6, n. 2, p. 85-93, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

- Saúde mental - depressão e ansiedade (Luzinete da Silva Mussi)

Saúde mental - depressão e ansiedade

Luzinete da Silva Mussi

DOI: 10.5281/zenodo.15723679

RESUMO

A depressão e a ansiedade estão entre os transtornos mentais mais prevalentes na atualidade, afetando milhões de pessoas no mundo inteiro. Ambos os quadros comprometem significativamente a qualidade de vida, o desempenho social e profissional dos indivíduos, podendo evoluir para formas graves se não forem adequadamente tratados. Este artigo tem como objetivo apresentar uma abordagem teórica e prática sobre esses transtornos, discutindo sintomas, fatores causais, impactos e estratégias terapêuticas eficazes. Com base em autores renomados e dados de instituições como a Organização Mundial da Saúde, o estudo busca contribuir para a compreensão dos aspectos clínicos e sociais da saúde mental, além de destacar a importância do diagnóstico precoce, do suporte psicossocial e do tratamento interdisciplinar.

Palavras-chave: Saúde mental. Depressão. Ansiedade. Transtornos psicológicos. Intervenção terapêutica.

Introdução

A saúde mental tem ganhado destaque nas últimas décadas, sobretudo diante do aumento expressivo de casos de transtornos psicológicos como depressão e ansiedade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2023), mais de 280 milhões de pessoas vivem com depressão em todo o mundo, e cerca de 301 milhões sofrem de transtornos de ansiedade. Essas condições, muitas vezes silenciosas, provocam sofrimento psíquico profundo, prejudicam relações interpessoais e comprometem a autonomia dos indivíduos.

A depressão é caracterizada por sentimentos persistentes de tristeza, desânimo, perda de interesse e alterações no sono e apetite. Já a ansiedade

envolve preocupações excessivas, inquietação, tensão muscular e sintomas físicos como taquicardia e sudorese. Embora distintos, esses transtornos frequentemente coexistem, tornando o diagnóstico e o tratamento ainda mais desafiadores (DSM-5, APA, 2014).

O presente artigo propõe uma análise integrada dos dois quadros, abordando suas manifestações clínicas, causas multifatoriais e possibilidades terapêuticas. Ao compreender melhor essas condições, espera-se contribuir para o enfrentamento do preconceito, a promoção do cuidado em saúde mental e o fortalecimento de políticas públicas que valorizem o bem-estar emocional da população.

Desenvolvimento

A compreensão da depressão e da ansiedade exige uma abordagem multidisciplinar, considerando fatores **biológicos, psicológicos e sociais**. Embora distintos em suas manifestações, esses transtornos muitas vezes compartilham comorbidades, surgem de forma associada e impactam profundamente a saúde mental do indivíduo.

Conceituação dos transtornos

De acordo com a **Organização Mundial da Saúde (2023)**, a depressão é um transtorno mental comum, caracterizado por tristeza persistente, perda de interesse, sentimento de culpa ou baixa autoestima, alterações no sono ou apetite, e cansaço. A ansiedade, por sua vez, é definida como uma preocupação excessiva, acompanhada de sintomas físicos e emocionais que afetam a funcionalidade do sujeito.

Segundo o **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2014)**, os transtornos depressivos e de ansiedade são classificados de forma distinta, mas apresentam sintomas sobrepostos, como distúrbios do sono, irritabilidade, fadiga e dificuldade de concentração.

Para **Aaron Beck (1997)**, criador da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), a depressão está associada a padrões de pensamentos negativos sobre si mesmo, o mundo e o futuro — o que ele chamou de **triáde cognitiva depressiva**. A TCC busca, portanto, reestruturar esses padrões mentais disfuncionais, promovendo melhora dos sintomas.

Causas e fatores de risco

A origem desses transtornos pode estar relacionada a uma combinação de fatores genéticos, neuroquímicos e psicossociais. Eventos traumáticos, perdas afetivas, estresse crônico e histórico familiar são frequentemente citados como gatilhos. Freud (1917), em seu clássico texto "Luto e Melancolia", já indicava que a perda de um objeto amado pode desencadear estados depressivos profundos.

Além disso, aspectos como **pressões sociais, competitividade, isolamento, sobrecarga no trabalho e instabilidade econômica** têm contribuído para o crescimento desses quadros na contemporaneidade.

Segundo **Viktor Frankl (2005)**, psiquiatra austríaco e fundador da Logoterapia, “o sofrimento em si não é o que nos destrói, mas a falta de sentido diante dele”. Essa afirmação reforça a importância de abordagens terapêuticas que ajudem o indivíduo a ressignificar suas vivências.

Sintomas e diagnóstico

Os sintomas de depressão incluem humor deprimido, apatia, dificuldade de concentração, insônia ou hipersonia, sentimento de inutilidade e pensamentos suicidas. Já os sintomas de ansiedade envolvem preocupação excessiva, sensação de medo constante, sudorese, tremores, tensão muscular e batimentos cardíacos acelerados.

O diagnóstico deve ser realizado por profissionais capacitados, como psicólogos ou psiquiatras, com base em entrevistas clínicas, testes e

observação comportamental. É fundamental considerar o **contexto de vida do sujeito**, evitando diagnósticos precipitados ou generalizados.

Impactos e consequências

Quando não tratados, os transtornos podem comprometer seriamente a **vida pessoal, acadêmica, profissional e social** do indivíduo. A depressão pode levar à perda de produtividade, abandono escolar, afastamento do trabalho e até ao suicídio. Já a ansiedade crônica pode causar transtornos físicos, como gastrite, hipertensão, e intensificar o uso de substâncias psicoativas.

A OMS (2023) alerta que os transtornos mentais são a **maior causa de incapacidade no mundo**, sendo a depressão responsável por mais de 15% do total de anos perdidos por incapacidade globalmente.

Intervenção e tratamento

O tratamento pode envolver **psicoterapia, uso de medicamentos antidepressivos ou ansiolíticos, acompanhamento psiquiátrico e mudanças no estilo de vida**. A Terapia Cognitivo-Comportamental tem sido amplamente indicada para ambos os transtornos, com base em evidências científicas de eficácia.

Além disso, práticas como **exercícios físicos regulares, meditação, sono de qualidade, alimentação balanceada e suporte familiar** são essenciais para a recuperação e prevenção de recaídas.

A atuação interdisciplinar — unindo psicólogos, médicos, assistentes sociais e educadores — é fundamental para promover um cuidado integral à saúde mental.

Conclusão

A depressão e a ansiedade representam desafios complexos e urgentes na área da saúde mental. O crescimento acelerado desses transtornos exige não apenas o reconhecimento de seus sintomas, mas também uma resposta ética, humana e eficaz por parte dos profissionais de saúde, educadores, instituições e da sociedade como um todo.

Ao compreender que esses transtornos envolvem uma série de fatores interligados — emocionais, biológicos e sociais — é possível construir estratégias de intervenção mais assertivas, baseadas em evidências e no acolhimento do sujeito em sofrimento. Investir em prevenção, diagnóstico precoce e acesso ao tratamento é essencial para minimizar os impactos negativos na vida dos indivíduos e no coletivo.

Por fim, é fundamental combater o estigma associado aos transtornos mentais, promovendo campanhas de conscientização, espaços de escuta e políticas públicas que garantam cuidado contínuo. Saúde mental é um direito humano, e seu cuidado deve ser tratado com a mesma seriedade que a saúde física.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BECK, Aaron T. *Terapia Cognitiva e os Transtornos Emocionais*. São Paulo: Artmed, 1997.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1917.

FRANKL, Viktor E. ***Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração***. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Depressão*. Atualizado em 2023. Disponível em: <https://www.who.int/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Transtornos de ansiedade*. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/>

